

TERRACOTA

A revista do GECHINA



Edição temática "Da República da China à República Popular da China" | Participação Feminina na Guerra Revolucionária | Marxismo e Confucionismo | Confucionismo e Identidade Chinesa | Política de Redução da Pobreza | Vida Chinesa em Quadrinhos



TERRACOTA

A revista do GECHINA

AGO, 20023. [v.1] [n.4]

EDITOR CHEFE

Arthur Rodrigues Cortez

CORPO EDITORIAL

Arthur Rodrigues Cortez

Maria Luiza da Silva Laranjeiras

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira

Thays Alves da Silva

REVISORES

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira

Esther Marinho Santana

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

João Paulo Araújo Souto

Thays Alves da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Thays Alves da Silva

CAPA

Thays Alves da Silva

IMAGENS

Zhang Kaiyv (Capa)

Aaron Greenwood

APOIO TÉCNICO

Eduardo Stelzer Alcure da Silva



研究中国
GECHINA UnB

SOBRE A EDIÇÃO

Grupo de Estudos sobre China

Os textos selecionados para esta edição são fruto do segundo módulo do curso "Introdução aos Estudos da China" e giram em torno das temáticas da República da China, os primeiros anos da China socialista, a revolução cultural, o maoísmo e a China contemporânea.

O curso de Introdução aos Estudos da China, em parceria com o CEA - UFF, tem como objetivo abordar a história da China e os principais fatos históricos que contribuíram para a constituição de uma civilização tão peculiar. Assim, o curso visa auxiliar aqueles que têm interesse ou que já pesquisam sobre China a conhecer melhor a sua formação enquanto nação até a fundação da nova república e transição para o socialismo.

As aulas estão disponíveis no canal do YouTube do GECHINA.



研究中国
GECHINA UnB

SUMÁRIO

Combatentes Vermelhas: O Exército Vermelho e a participação de mulheres na Guerra Revolucionária Chinesa 4

Thays Alves da Silva

Entre o Confucionismo e o Marxismo: O socialismo com características chinesas. 17

Najara Escarião Agripino

Influência do Confucionismo para a identidade chinesa 23

Guilherme Palhares D. G.

Políticas públicas na China: Programa para Redução da Pobreza Direcionada - RPD 36

Sabrina de Matos Barcelos

Momento Cultural 文化 刻

A história da China contemporânea através da epopeia de apenas uma vida chinesa em quadrinhos 45

Felipe Vidal Benvenuto Alberto



Combatentes Vermelhas: O Exército Vermelho e a participação de mulheres na Guerra Revolucionária Chinesa

Thays Alves da Silva¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, como o título indica, aborda a temática da guerra revolucionária chinesa, mais especificamente a participação direta das mulheres chinesas nos conflitos do período. Com isso, o objetivo geral é abordar o papel das mulheres como agentes da revolução chinesa, principalmente no que tange à guerra revolucionária, e o objetivo específico é apresentar brevemente a organização do exército vermelho. A metodologia utilizada para a produção deste estudo foi qualitativa de revisão sistemática da literatura. Mesmo com o caráter exploratório, o estudo se justifica por conta dos poucos trabalhos, principalmente em língua portuguesa, sobre esta área e a importância de que seja compreendida por outros recortes como o de gênero.

Antes de entrar na especificidade do tema é importante conceituar o que será considerado como guerra revolucionária. O professor e pesquisador Saint-Pierre (1997) faz uma distinção entre guerra internacional - como um conflito que envolve diferentes Estados sendo um contra o outro, uma nação contra várias, um grupo contra um país ou embates bélicos entre grupos -, guerra civil - quando os envolvidos fazem parte de um mesmo Estado e podem dividir características em comum como nacionalidade, língua, cultura e etnia - e a guerra revolucionária que encontra-se dentro desta segunda “categoria”, caracterizada como “uma guerra civil na qual o fundamento último do conflito, sua característica política, é a agudização bélica da luta de

¹ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participante do GECHINA como membro e coordenadora de comunicação. Contato: thaysalvesdsilva@gmail.com

classe. [...] É um conflito armado [...] onde o que está em jogo é o domínio político de uma classe social” (SAINT-PIERRE, 1997. p.5).

Mao Zedong (1975) volta-se mais para a interpretação de que a guerra revolucionária é uma forma de luta armada que tem como objetivo o fim do sistema estabelecido e instauração de um novo regime político, logo, ela não limita-se a questões bélicas, mas também a aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, podendo adaptar-se à conjuntura de cada país e sendo conduzida a partir de mobilização popular e operações de guerrilha. Neste sentido, o revolucionário chinês afirma que a guerra revolucionária chinesa carrega características únicas, que a diferem de outras revoluções como a Russa, sendo elas; (i) A condição semicolonial da China, seu vasto território e estar passando por uma revolução; (ii) Ter um inimigo forte; (iii) As condições do Exército Vermelho, fraco e com poucos homens; (iv) Ser uma revolução agrária.

A primeira e a quarta dessas características específicas dão ao Exército Vermelho chinês a possibilidade de desenvolver-se e vencer os seus inimigos. A segunda e a terceira explicam a impossibilidade em que se encontra o Exército Vermelho chinês de desenvolver-se e vencer rapidamente os seus inimigos; por outras palavras, elas determinam o carácter prolongado da guerra e a possibilidade desta terminar numa derrota, se não for corretamente conduzida. (ZEDONG, Mao. 1975, n.p)

Sobre a presença da tática de guerrilha na guerra revolucionária, alguns autores defendem que não existe ligação entre esta estratégia de combate e este tipo de guerra. Saint-Pierre (1997), trazendo o exemplo da Revolução Russa, coloca que tanto movimentos revolucionários quanto contra-revolucionários podem se utilizar da guerrilha. Para Mao (1989), as operações de guerrilha são partes importantes de uma guerra revolucionária, principalmente levando em consideração o contexto de resistência contra o império japonês e as capacidades chinesas, portanto, elas não devem ser vistas de forma independente, mas sim como uma ferramenta para a guerra popular.

O particularismo da China está em que esta não é independente nem democrática, mas semi-colonial e semi-feudal, vivendo internamente sem democracia, submetida a opressão feudal e não gozando, nas suas relações externas, de uma independência nacional, mas antes vivendo oprimida pelo imperialismo. (ZEDONG, Mao. 1975, n.p)

Neste sentido, é necessário ter no horizonte de análise a complexidade do período que aqui estou tratando como guerra revolucionária, sendo elas as guerras Civis Revolucionárias (1923-1936) e a Guerra de Resistência contra a invasão japonesa (1937-1945), ressaltando que estes intervalos de tempo não são precisamente delimitados ou lineares. Essa parte da história mundial ainda é pouco explorada no Ocidente, especialmente nas aulas de história no Brasil, que mesmo dedicando algumas horas/aula aos episódios das Guerras Mundiais, não abordam, por exemplo, a Segunda Guerra Sino-japonesa. “O que se conhece no Ocidente como Segunda

Guerra Mundial, foi, para a China, uma guerra de resistência de 14 anos.” (CHAK, Tings traduzido por MAÇANO, Luiza, 2021).

O intuito do ensaio, porém, não é discorrer sobre o pensamento estratégico acerca da guerra revolucionária, guerra popular ou prolongada, mas sim apresentar o papel das mulheres nesses processos, na figura de combatentes e revolucionárias, tirando-as de uma posição apenas de agentes passivos historicamente violentados e vitimados, e as concebendo como quadros políticos relevantes para a revolução chinesa. Na próxima seção tratarei, então, da literatura e dos debates referentes à participação feminina em conflitos e de seu apagamento.

MULHER, A COMBATENTE SEM ROSTO OU MONUMENTOS DE GLÓRIA

A literatura feminista, dentro dos estudos de defesa e segurança internacional, vem se dedicando a repensar conceitos centrais para a área. Como apresenta Laura Sjoberg (2009), as autoras feministas analisam conceitos-chave como guerra, Estado, violência, paz, segurança e as teorias de estudos de segurança sob o viés do gênero. Segundo a autora, essa análise a partir do gênero passa a questionar a ideia de uma segurança unitária e argumenta que esses Estados só a alcançaram sacrificando a segurança de alguns de seus cidadãos - e, aqui, estamos falando diretamente das mulheres, sendo assim, são as feministas que irão colocar a violência direcionada a mulheres e o estupro em zonas de conflito, como ferramenta de guerra, na pauta dos estudos de defesa, considerando-os como um problema de segurança coletiva. Outra contribuição na mesma área, conforme exposto, é a definição da segurança em termos multidimensionais e em multinível. Neste sentido, violência doméstica, estupro, pobreza, desigualdade de gênero e destruição ecologia passam a ser considerados ameaças à segurança, para além da guerra e violência internacional, ampliando assim não apenas o conceito, mas também para quem ele é dirigido.

Para além disso, tem-se dentro dos estudos de gênero direcionados às questões de defesa e forças armadas a necessidade de explorar a participação das mulheres em conflitos. Não é novidade a presença feminina na área da saúde como enfermeiras e médicas, ou a relevância delas na manutenção das indústrias e serviços em momentos em que grande parte da população adulta, principalmente masculina, está nos fronts de batalha; tampouco são desconhecidos os processos de violência de gênero que as colocam como alvos prioritários. Com isso, vem aumentando o número de trabalhos que se dedicam a compreender o papel das mulheres como combatentes e recontar as histórias desses quadros, porém, seu impacto e divulgação são ainda insuficientes, o que contribui com o sentimento de não existência destas soldadas.

Neste sentido, Stella Dantas (2018) citando Hudson et al (2017) expõe que a recorrente compreensão de que guerra, paz e segurança internacional estão associados a uma figura militar que automaticamente reverte-se em um indivíduo masculino faz com que a área de

estudos de defesa e segurança internacional seja, dentro das relações internacionais e ciência política, a que mais perpetue a divisão sexual. Tal ideia de “O” militar e uma visão de forças armadas homogêneas compostas por militares - homens héteros cis - fez parte da construção do conceito militar por muitos séculos, e ainda está presente nos dias de hoje mesmo com a inclusão de mulheres no serviço militar e nos batalhões como integrantes das forças.

A participação de mulheres nas forças armadas dos países ocidentais, principalmente nos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao longo do tempo vai de corpos excluídos, no período pré-Guerra Fria, a parcialmente inseridas, na Guerra Fria, para totalmente inseridas, pós Guerra Fria (CARREIRAS, 2004 apud MOSKOS et al. 2015), porém, este avanço na incorporação de mulheres nos exércitos, marinhas e aeronáuticas é, de modo geral, voltado para quadros e serviços de apoio. Helena Carreiras (2004) apresenta dados de 13 países da OTAN, que apontam que 70,4% das mulheres militares ocupam a área de saúde ou de apoio como administração e logística; 17,5% estão em funções técnicas, engenharia ou comunicação e somente 7% estão em armas combatentes, artilharia, infantaria e cavalaria ou posições mais operacionais. E não apenas a posição dentro da organização é um fator de análise, mas também se observam as missões às quais estas militares são designadas, sendo as de natureza de manutenção da paz e humanitárias as com maior presença feminina (DANTAS, 2018. apud SEGAL, 1999). Com isso a participação feminina limita-se pelos estereótipos e preconceitos que ocorrem nesse meio historicamente dominado por homens, restringindo, assim, a participação e ascensão na carreira militar.

Retornando à esfera da presença de mulheres em conflitos históricos importantes, na Primeira Guerra Mundial a atuação feminina passa a ser reconhecida de forma tímida principalmente a partir do corpo de enfermeiras, e é na Segunda Guerra que elas, enquanto combatentes, são mais incorporadas aos exércitos.

Durante a guerra, a necessidade de pessoal é um factor que contribui para a expansão das funções militares das mulheres, mas também o são os seus próprios desejos de contribuir e as pressões no sentido de legitimar o esforço de guerra através de representação social. (SEGAL, 1995. p. 20-21)

Mesmo nesses contextos o envolvimento como combatente ou a compreensão de fazer parte desta categoria sendo mulher era complexo, como apresenta Mary Segal (1995). Segundo a autora, mesmo com o recrutamento por parte da Alemanha as mulheres desempenhavam funções consideradas civis. No Reino Unido, elas apresentaram-se de forma voluntária e foram incorporadas nas duas esferas militar e civil, e mesmo utilizando fardamento e seguindo uma hierarquia militar eram vistas como civis, pois a distinção entre combatentes ou não era feita a partir do uso de armas. As militares inglesas manipulavam munições, carregavam armas e cumpriam todas as tarefas relacionadas ao disparo de armas antiaéreas, porém, não disparavam propriamente estas armas, sendo esta parte o trabalho de um homem (SEGAL, 1995).

apud Campbell, 1993). A condução dos Estados Unidos foi semelhante à do Reino Unido, em que as mulheres prestaram serviço militar, mas, na prática, ficaram responsáveis pelas funções de apoio, como manutenção de aeronaves, produção de paraquedas e não o combate direto.

Em contrapartida, a participação ativa de mulheres em conflitos é comum em movimentos revolucionários socialistas, seja na Segunda Guerra Mundial, onde é possível notar o papel importante das soldadas soviéticas na derrota nazista, ou em grupos de resistência armada e guerrilhas como, por exemplo, na Argélia, China, Nicarágua, Rodésia, Vietnam, Iugoslávia (SEGAL, 1995) e o Curdistão com a Unidade de Defesa das Mulheres². Porém, independente do país e da forma como as mulheres foram inseridas - principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os combatentes em sua maioria voltaram a funções normais da vida cotidiana - as mulheres retornaram ao papel de mães, esposas e filhas.

Svetlana Aleksíevitch, em seu livro *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*, apresenta relatos de mulheres tanto mães, filhas e esposas, quanto enfermeiras, médicas, franco-atiradoras, tanquistas, pilotas de avião, operadoras de artilharia antiaérea, oficiais de comunicação e integrantes da resistência sobre não apenas o momento de guerra, como também dos reflexos desse acontecimento em suas vidas e como as cicatrizes foram para além do físico. Seja nos conflitos familiares, por conta dos filhos deixados pequenos para que terceiros cuidassem deles, em que se interpreta como um abandono do papel de mãe. Além disso, estas mulheres passaram a serem vistas como “menos” mulher por terem lutado na guerra, tendo dificuldades nos relacionamentos amorosos. Estes entraves impactaram a auto-estima destas mulheres durante e após do conflito, restando assim após um momento tão traumático desprezo e a solidão.

Portanto, a partir da literatura e da exposição acima é possível notar como se dão a divisão de gênero dentro das forças armadas, a exclusão de mulheres do corpo de combatentes, os estereótipos e o apagamento destes indivíduos enquanto parcela importante na condução e vitória de grandes conflitos, como as Guerras Mundiais, resultados do sistema patriarcal dos Estados, que promovem o esquecimento destas mulheres.

Até agora discorri sobre um recorte específico das mulheres e as forças armadas ocidentais, visto que a grande maioria da literatura volta-se para o ocidente, em um movimento de contextualização sobre os debates dentro da área. No tópico a seguir finalmente abordarei a participação das mulheres chinesas na Guerra Revolucionária e a sua relevância.

COMBATENTES VERMELHAS E A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

² Para saber mais sobre as guerrilheiras curdas, recomendo o livro “A Revolução Ignorada: Liberação da Mulher, Democracia Direta e Pluralismo Radical no Oriente Médio”.

A China deste contexto passava por um momento complexo de invasões estrangeiras, grande desigualdade e violência em um território majoritariamente agrário e repartido. Em tal momento, ocorreram episódios como a aliança dos comunistas com os nacionalistas, em 1920, em busca da reunificação do território chinês após partilha feita pelas nações estrangeiras; o golpe promovido por Chiang Kaishek, líder dos nacionalistas, e as políticas dos senhores da guerra, em 1927, quando milhares de pessoas foram mortas; o movimento operário em Shanghai, que acabou dizimado, assim como o camponês; a perseguição aos comunistas; o surgimento da República Soviética da China, em 1929, que serve de refúgio para os revolucionários após o golpe; a Segunda Guerra Civil Revolucionária, entre 1929 e 1936, a Guerra sino-japonesa de 1937 a 1945; e, por fim, mais uma Guerra Civil de 1945 a 1949, com a vitória do Partido Comunista da China e a consolidação da República Popular da China.³

Nesta conjuntura, “cria-se em 1929 o Exército Vermelho. São literalmente refugiados das grandes repressões nas cidades. Há também alguns soldados que eram do Kuomintang, mas que não concordavam com o que tinha acontecido [...] e se juntaram.” (DABAT, 2023). Os combatentes neste momento não utilizavam uniforme, estavam em posse de poucos armamentos e as tropas eram compostas de indivíduos muito jovens. Havia alguns dispositivos de proteção às famílias dos militares, como o cuidado dos familiares, principalmente os pais, e cultivo das terras pela comunidade, assim como o perdão das dívidas da família destes soldados.

Segundo Christine Dabat (2023), os combatentes do exército vermelho tiveram um sucesso quase que imediato por conta da sua disciplina. O soldado vermelho deveria se atentar para algumas regras; (i) obedecer às ordens em todos os seus atos; (ii) não tomar nada das massas, nem mesmo uma agulha, nem mesmo um pedaço de fio; (iii) entregar às autoridades aquilo que for tomado e dentre as oito regras mais relevantes do soldado a sétima “Não tome liberdade com as mulheres” também se destaca. Ao serem adotadas, elas distinguem o exército revolucionário de outros como o dos senhores da guerra ou de Chiang Kaishek e do Japão, que promoviam saques e estupros em massa contra a população, e deixavam clara a preocupação dos comunistas em assegurar às massas, especialmente aos camponeses, que o Exército Vermelho compreendia as suas mazelas e representava seus interesses, reforçando, portanto, a capacidade de mobilização do Partido Comunista Chinês (PCCh) e o compartilhamento do sentimento de esperança para camadas da sociedade que tradicionalmente eram excluídas, como mulheres, jovens e camponeses pobres.

A adesão à revolução chinesa por parte das mulheres deu-se por conta da realidade que viviam na China da época, logo, as mudanças mais concretas e drásticas eram direcionadas

³ Para compreender melhor este período recomendo as aulas do segundo módulo do curso de Introdução aos Estudos da China promovido pelo GECHINA UnB em parceria com o CEA UFF, principalmente a Aula I: A República da China (1912-1949) ministrada pela professora Christine Dabat da UFPE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PywZ7QsFyHo&t=6017s>

a elas. Em contrapartida, a vitória da revolução em grande parte se dá pela participação feminina (DABAT, 2017 apud STRONG, Anna Louise, 1986). Aqui destacam-se; primeira mulher integrante do Comitê Central responsável por organizar as mulheres operárias, Xiang Jingyu (1895-1928); a escritora contemporânea e membro da Liga de Escritores de Esquerda, Ding Ling (1904-1986); Deng Yingchao (1904-1992) que dentre várias funções uma delas era organizar as mulheres no exército unificado contra o império japonês; a líder do movimento anarco-feminismo chinês, He Zhen (1884-1920); e anterior a este período Qiu Jin (1875-1907), uma escritora feminista que foi executada após o plano de derrubar a Dinastia Qing fracassar.

Elas representam muitas outras mulheres, famosas ou não, de todas as classes sociais e idades, dirigentes ou militantes do Guomindang (partido nacionalista) de esquerda ou do PCC, que enfrentaram tanto os costumes ancestrais quanto os inimigos estrangeiros e interiores para afirmar sua dedicação à construção de uma sociedade mais justa para todos (DABAT, 2017. p. 30)

Porém, apesar dessa relevância, encontrar referências bibliográficas, mesmo que em outro idioma, como o inglês, ainda é um trabalho árduo de revisão sistemática da literatura. Por isso, nota-se que os estudos sobre a participação das mulheres como combatentes voltam-se para o período de 1934 a 1949, especialmente com a guerra sino-japonesa e a Longa Marcha. Ainda que episódios como a Longa Marcha tenha mobilizado estudiosos e ganhado tradução em diversas línguas, no Ocidente pouco se sabe ou se trabalha sobre as soldadas que compuseram o corpo de combatentes (YOUNG, 2014).

Segundo Helen Young (2014)⁴, desde o fim da década de 1920 e início de 1930, mais de duas mil mulheres se juntaram ao Exército Vermelho e muitas participaram da Longa Marcha, sendo elas jovens estudantes, camponesas, esposas e mães. O exército na Longa Marcha era dividido em Frentes de Exército, sendo que a primeira de base em Jiangxi contava com os principais líderes políticos comunistas, e onde havia 30 mulheres. A segunda, inicialmente localizada nas montanhas de fronteira com Hunan, Hubei, Sichuan e Guizhou, tinha 25 mulheres organizadas. Já a quarta tinha cerca de 2 mil. Esta última divisão, com base no centro-norte de Sichuan, estava em constante movimentação e atividades de combate, e também era responsável por serviços de apoio.

As integrantes da primeira frente eram quadros políticos relevantes e militantes do PCCh ou do Departamento Feminino da Liga da Juventude Socialista, e mesmo as já casadas com líderes revolucionários passaram a participar da Longa Marcha pelos altos cargos que desempenhavam. As questões de saúde eram um fator preocupante e algumas estavam doentes com tuberculose, grávidas ou acabaram engravidando no período. Suas funções dividiram-se entre carregar caixas de remédio e macas (tarefa cumprida pelas camponesas por

⁴ Indico o Livro *Choosing Revolution Chinese Women Soldiers on the Long March* de Helen Praeger Young. Nele a autora entrevistou mulheres que participaram da Longa Marcha.

serem acostumadas com o trabalho braçal no campo), ou mobilização por onde passavam a partir de agitação e propaganda, que era semelhante à soviética, com cartazes, palavras de ordem e peças teatrais, atividades realizadas pelas militantes mais instruídas.

Para além de engajar os moradores dos vilarejos para a revolução e a organização do recrutamento, as mulheres eram responsáveis pela reposição dos mantimentos e compra de alimentos para a tropa e pela adesão de trabalhadores de transporte - homens que tinham como função carregar ferramentas e mantimentos por algumas distâncias antes de voltar para suas casas, tendo em vistas que o lado revolucionário não contava com transportes automotivos e animais de carga estava em falta.

A veterana Zhong Yuelin relata a Helen Young (2001) que sua equipe de mulheres, ao romper o bloqueio dos nacionalistas e entrar na província de Guizhou, tinha quatro funções principais; (i) Procurar moradores que estivessem dispostos a serem contratados como transportadores a curto prazo; (ii) Combater a propaganda nacionalista e politizar a população sobre a revolução através de teatros de rua; (iii) Encontrar casa de proprietários ricos de grãos para confiscar, dividir com os habitantes e com o exército; (iv) Cuidar e tratar dos feridos, que, quando não eram carregados pelos transportadores, eram levados pelas próprias mulheres. Outras integrantes da Longa Marcha que não faziam parte de equipes de trabalho próprias também desempenhavam essas tarefas.

A depender do grau de instrução, o papel dessa revolucionária poderia ser direcionado à formação política e à organização dos outros militantes. A questão da educação era um fator marcante tendo em vista que o acesso das mulheres à escola e à universidade era muito restrito na sociedade chinesa confucionista tradicional, onde elas dependiam da aceitação do pai ou esposo. Assim, muitas, principalmente camponesas, eram analfabetas antes de ingressar no Partido.

Como foi citado mais acima no texto, a forma de recrutamento e engajamento do Exército Vermelho era diferente da realizada pelos senhores da guerra ou de Chiang Kaishek, que praticamente raptavam rapazes e os forçavam a participar. O exército revolucionário dialogava com a população e questionava se queriam participar; para jovens, tanto homens quanto mulheres, perguntavam às famílias, como é possível notar no relato de Zhang Wen, que conta que foram à sua casa perguntar à sua mãe sobre seu ingresso ao exército.

Eu tinha quatorze anos quando ingressei no Departamento de Logística do 4o Grupamento de Exército do 4o Exército de Frente, com a fábrica de colchas e confecções. A chefe do Grupo foi à minha casa perguntar à minha mãe se ela aceitaria deixar a filha entrar para o Exército Vermelho. Minha mãe disse que não podia se opor

porque agora homens e mulheres eram iguais e porque eu queria. Minha mãe me deixou ir.⁵ (Zhang Wen em YOUNG, 2001. p.156)

Liu Ying, segundo Young (2001), foi a mais letrada dentre as entrevistadas da autora, tendo estudado em uma escola para jovens comunistas, desafiando os gostos do próprio pai, e fez universidade em Moscou e retornou à China onde passou a se organizar no Exército Vermelho cumprindo função no Comissário Político da primeira frente de exército e no Departamento de Logística, além de ter sido líder do Departamento Político. Esta descreveu suas tarefas como organizar armamentos, munições, uniformes e tudo que era transportado, além de recrutar transportadores e garantir a alimentação caso esta estivesse faltando.

Quando paramos em um acampamento onde pessoas comuns e tiranos locais estavam por perto, separamos os ricos dos pobres com muita clareza. Dividimos entre todos o que colhíamos [dos ricos] porque não podíamos carregar muitas coisas. Se pegávamos algumas coisas de uma família pobre quando ela não estava em casa, escrevíamos um bilhete e deixávamos algum dinheiro. Quando as pessoas comuns voltaram para casa e o encontraram, acreditaram que éramos realmente o exército dos pobres. Mais tarde, quando chegamos a um lugar para parar, as pessoas não fugiram. Eles nos ajudaram e nos deram comida. Demos-lhes dinheiro, prata. Continuei fazendo isso na Longa Marcha até chegarmos a Zunyi.⁶ (Liu Ying em YOUNG, Helen. 2001. p.150)

Sobre estar a par dos grandes debates e questões estratégicas, segundo Young (2014), apenas as esposas dos grandes quadros e líderes tinham acesso a informações, mesmo que mínimas. Um ponto importante de se mencionar são os nascimentos que ocorreram nesse período e como este fato carregava uma clara divisão de gênero, já que quem fazia e auxiliava nos partos eram as mulheres, mesmo havendo médicos no exército. A questão da maternidade em si era muito complexa já que muitas mulheres que eram mães e que aderiram à Longa Marcha deixaram seus filhos para serem cuidados por outras pessoas, e, com as crianças nascidas nesse momento, não seria diferente.

Em suas memórias, Liao Siguang (YOUNG, 2001) apresenta um relato comovente do seu parto enquanto fazia parte da Longa Marcha. Seu bebê nasceu prematuro depois de cruzar três linhas de bloqueio e chegar em Guizhou. Quando começou a sentir dores abdominais,

⁵ I was fourteen when I joined the Logistics Department of the 4th Army Group of the 4th Front Army, with the quilt and clothing factory. The woman who was head of the Group went to my home to ask my mother if she would be willing to let her daughter join the Red Army. My mother said she couldn't oppose it because men and women were equal now, and because I wanted to. My mother let me go.

⁶ When we stopped at a campsite where ordinary people and local tyrants were nearby, we separated the rich and the poor very clearly. We divided what we gathered [from the wealthy] among everyone because we couldn't carry a lot of things. If we took some things from a poor family when they were not at home, we wrote a note and left some money. When the ordinary people came back home and found it, they believed we were truly the army of the poor people. Later on when we came to a place to stop, the people didn't run away. They helped us and gave us food. We gave them money, silver. I kept doing this on the Long March until we got to Zunyi.

ganhou um cavalo para montar assim que o comandante e o médico reconheceram os sintomas, mas foi a companheira Deng Dajie que lhe cedeu uma maca para deitar. Deu à luz ao chegar no acampamento com o auxílio de Deng, que comentou: 'Ele é um futuro soldado do Exército Vermelho que deve ser carregado em uma maca para a área do povo para ser criado'. Com a decisão por parte da primeira frente de exército de deixar as crianças para trás, Liu Siguang, que fazia parte desta divisão, o fez e nunca mais encontrou o filho. Outras mulheres também deram à luz a seus filhos enquanto estavam na Longa Marcha, como Zeng Yu, que enquanto procurava por comida com um grupo acabou entrando em trabalho de parto, sendo ajudada pelas jovens mulheres da equipe. Diferente da primeira frente, que, como apresenta Young (2014), era composta de integrantes mais disciplinados, as mulheres da segunda frente de exército levavam seus filhos para a marcha e revezavam entre as tarefas de propaganda e cuidar das crianças.

Com o encontro entre as frentes, seja a primeira, segunda ou quarta, algumas mulheres foram transferidas de uma divisão para outra principalmente por conta de seus maridos. Young (2014), a partir das falas das mulheres entrevistadas, coloca que a percepção sobre o valor histórico da Longa Marcha em certa medida não era muito clara tanto para homens quanto para mulheres, e muitas, após o fim, voltaram a ter uma vida comum, se casaram e tiveram filhos. Lin Yueqin (YOUNG, 2001) conta que aderiu à Liga da Juventude Socialista ainda adolescente e fugiu com o Exército Vermelho após o golpe do Kuomintang, passando a trabalhar com agitação e propaganda.

Cada um de nós recebeu um balde de cal e com um pincel escrevemos slogans em pedras: 'Derrube os tiranos locais e divida os campos. Trabalhadores e pobres, não fujam, não tenham medo. Nós somos o Exército Vermelho. [Nós] derrubamos os ricos e ajudamos os pobres'. Onde quer que fôssemos, tínhamos o balde de cal conosco.⁷
(Lin Yueqin em YOUNG, 2001. p.154)

Ao avançar para uma área de plantio de ópio, na fronteira de Shaanxi, a quarta frente de exército percebeu que as mulheres eram as responsáveis pelo trabalho braçal, já que a maioria dos homens eram viciados em ópio e por conta disso ficavam em casa. Neste sentido, promoveram-se medidas para acabar com o problema, quebrando cachimbos, proibindo o cultivo e aumentando o incentivo à plantação de alimentos. A quarta frente contava com diversos batalhões femininos que tinham funções diferentes, como de engenharia responsável pela logística, o de fábrica, que trabalhava sobretudo a produção de roupas e tecido, o independente feminino e o regimento independente.

⁷ Each of us was given a lime pail and with a brush we wrote slogans on boulders: 'Overthrow the local tyrants and divide the fields. Workers and poor people, don't run away, don't be afraid. We are the Red Army. [We] overthrow the rich and help the poor.' Wherever we went we had the lime pail with us.

Referente à Guerra de Resistência contra o império japonês, os papéis das mulheres foram semelhantes ao da Grande Marcha. Muitas trabalharam em uma espécie de apoio econômico na produção de materiais, com logística e organização de armamentos e mantimentos, na mobilização e recrutamento para a composição do Exército da Oitava Rota - nome dado ao exército unificado de comunistas e nacionalistas -, agitação e propaganda anti-Japão e ocasionalmente em combate armado (GOODMAN, 2000).

Esses trabalhos realizados pelas mulheres na Longa Marcha e contra a dominação japonesa não são facilmente encontrados em livros ou artigos, e mesmo que necessários caíram no esquecimento do ocidente assim como toda a importância dessas militantes na condução para a vitória da revolução chinesa e mudança de realidade. Porém, de certa forma essas memórias revolucionárias podem ser vistas em trabalhos artísticos chineses, como o filme *Destacamento Vermelho de Mulheres* (红色娘子军), que também é uma história em quadrinhos e um balé nacional. Inspirado em fatos reais, ele conta a história do primeiro destacamento de mulheres composto por 103 combatentes que lutaram contra o exército nacionalista (CHAK, Tings traduzida por MAÇANO, Luiza, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a participação feminina da Guerra Revolucionária deu-se, principalmente, através de tarefas de auxílio e logística, como a organização e carregamento de mantimentos, materiais, armamentos, munições e fardamento; mas também de cuidado com os doentes; mobilização, recrutamento e agitação e propaganda, tanto para o compartilhamento das ideias comunistas quanto para um melhor processo de identificação da população comum com o Exército Vermelho. A investigação para localização de casas e silos dos mais ricos, repartição dos alimentos com os habitantes pobres das províncias que passavam, a preparação das refeições para os soldados, a contratação de transportadores de carga e, mais tarde, a produção dos uniformes e cobertores para as tropas foram mais algumas das funções exercidas pelas mulheres, assim como o combate armado, mesmo que com poucos registros.

A própria organização do Exército Revolucionário o fazia ser diferente dos demais que ocupavam o território chinês. Não eram apenas campanhas militares com o cerco a cidades, avanço de tropas e a busca pela derrota do adversário, mas, pelo caráter revolucionário da guerra, as táticas desenvolvidas iam para a espera de mobilização política da população, demonstrando a grande importância das mulheres neste papel e no cumprimento deste objetivo, tendo em vista os resultados e vitórias alcançadas.

A participação destas mulheres é retratada em cartazes e pinturas chinesas, assim como em filmes que buscam guardar as memórias destas combatentes. Porém, como demonstrou este trabalho, , ainda há muito o que avançar nos estudos de gênero no período de Guerras Cívicas e Guerra de Resistência para além do entendimento da posição de subjugação das

mulheres da época. O acesso a literaturas sobre o tema em língua inglesa é escasso e, em português, quase nulo. Embora no país existam pesquisas sobre o papel das mulheres, o recorte temporal começa na Revolução Cultural, e mesmo os estudos sobre revoluções deixam de lado as combatentes vermelhas.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. **Nação & Defesa**, n. 107, 2 série, primavera. p. 61-88, 2004.

CHAK, Tings. [Tradução de Luiza Mançano] Por meio da arte, China conta a história de sua primeira brigada militar de mulheres, **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/12/relato-o-legado-duradouro-do-destacamento-vermelho-de-mulheres-da-china>>. Acesso em: 1 de Ago. de 2023.

Curso Introdução aos Estudos da China [Módulo 2, Aula1], GECHINA UnB, YouTube, 23 de Abr. de 2023, 2h55s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PywZ7QsFyHo&list=PLExOhiyvQc-xGJWjiulWMhIBEzdo d2bY>>. Acesso em: 30 de Jul. de 2023.

DABAT, Christine. R. Mulheres de ferro: revolucionárias feministas na China do século XX. **REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES**, v. 24, p. 29-44, 2017.

DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **Mulheres e forças armadas: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p.100, 2018.

GOODMAN, David S. G. Revolutionary Women and Women in the Revolution: The Chinese Communist Party and Women in the War of Resistance to Japan, 1937-1945. **The China Quarterly**, p. 915-942, 2000.

Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I, pág: 295-430. Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1975. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1936/guerra/index.htm>> Acesso em 28 de Jul. de 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. GUERRA e GUERRA REVOLUCIONÁRIA. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 08, p. 31-41, jun. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39317>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SEGAL, David R; SEGAL, Mady W. Change in Military Organization. **Annual Reviews Social**, no. 9, pp. 151-170, 1983.

SJOBERG, Laura. Introduction to security studies: Feminist contributions. **Security Studies**, v. 18, n. 2, p. 183-213, 2009.

YOUNG, Helen P. Choosing Revolution: Chinese Women Soldiers on the Long March. Library of Congress, 2001.

YOUNG, Helen P. Women at Work: Chinese Soldiers on the Long March, 1934–1936 in: DEGROOT, Gerard J.; PENISTON-BIRD, C. A Soldier and a Woman: Sexual Integration in the Military. [S.l.] Routledge, 2017.

ZEDONG, Mao. On revolutionary warfare. USMC, 1989.

Entre o Confucionismo e o Marxismo: O socialismo com características chinesas.

Najara Escarião Agripino¹

A China é um dos maiores e mais populosos países do mundo, além de ser uma das civilizações mais antigas, tendo se desenvolvido de forma muito distinta dos países ocidentais. Muito em virtude dessas características tem sido difícil para o ocidente compreender sua singularidade e dinâmica social. Além disso, historicamente os países da Ásia, em especial a China, tem sua imagem concebida no ocidente por uma perspectiva “Orientalista”, onde essas narrativas estão envoltas em imagens distorcidas da realidade, reforçando e validando discursos e práticas responsáveis pela concretização de uma imagem estereotipada sobre a região (SAID, 2007; OLIVEIRA, 2020).

Fato é que ao longo de sua história, a cultura chinesa tem influenciado de forma significativa o desenvolvimento cultural de diversos países vizinhos, a respeito do Japão, Coréia e Tailândia. Além disso, por milênios figurou como uma “vanguarda do desenvolvimento mundial” (ROZMAN, 1990, p. 6) por pelo menos dois mil anos, até meados do século XIX (COSTA, 2016), quando o avanço do imperialismo sobre a Ásia impactou profundamente o desenvolvimento do país, precipitando crises políticas, econômicas e sociais.

Sobre isso, Leão e Ogama (2019) lembram que o grande período de turbulência enfrentado pela China devido às ações de potências como Inglaterra e Japão, bem como, os impactos da Segunda Grande Guerra e a própria cisão política e militar interna, deixaram uma herança difícil para o novo regime, instituído a partir de 1949 e responsável por reconstruir a

¹ Mestra em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisadora membro do grupo de pesquisa Ambiente, Turismo e Sustentabilidade GEATS - UFCG. Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional. Participante do GECHINA. email: najaraagripino@gmail.com

nação em novas bases sob inspiração dos ideais socialistas reformulados para a realidade chinesa por Mao Zedong.

De fato, a soberania do povo chinês seria verdadeiramente recuperada apenas a partir da Revolução de 1949, quando, após um longo processo de disputa de poder contra os nacionalistas durante quase três décadas, os comunistas, inspirados pela Revolução Russa de 1917 e ideais Marxistas de sociedade, ascendem nas principais cidades chinesas entre os operários e camponeses e se tornam a maior força revolucionária da China.

Se por um lado, o Marxismo-Leninismo foi de grande importância para a reorganização do país e desencadeador do espírito revolucionário do povo chinês, por outro lado, não se pode dizer que o Confucionismo – que exerceu grande influência no período dinástico antecessor, como uma ideologia política e moral-religiosa que serviu de base para a manutenção da ordem e respeito à hierarquia – foi sucedido pelos ideais socialista, uma vez que ambas as filosofias tenham sofrido adaptações ao longo dos anos, e se incorporado a rica tradição sociocultural e intelectual do seu povo.

Na verdade, mesmo hoje, o Confucionismo ainda é muito influente no pensamento da sociedade chinesa. Diante dessa breve contextualização, pretende-se analisar a influência das filosofias Marxista e Confucionista no socialismo chinês.

O Confucionismo tem sua origem com o sábio chinês Confúcio, Kongzi [em chinês] (551-479 a.C.), que em seu pensamento defendia que todas as pessoas, independente do seu estrato social, deveriam ter acesso à educação. Para o pensador, a aprendizagem teria como prioridade formar homens de bem, além de defender um sistema meritocrático para hierarquizar a sociedade, com relações graduadas entre os diversos níveis sociais. A partir do século III a.C., o Confucionismo tornou-se doutrina oficial do império quando foi adotado como ideologia do governo pela dinastia Han (206 a.C. a 220 d.C.). Seus princípios básicos sustentaram o sentido do ser chinês até meados do século XIX e continuam regendo a sociedade chinesa em suas relações humanas, e mesmo no modo de governar até a atualidade (CONFÚCIO, 2012; BUENO, 2015).

No entanto, nos últimos séculos a doutrina perdeu parte de sua influência entre os governantes, tornando-se um conjunto obsoleto de disciplinas, cuja função básica se resumia a nortear o sistema de concursos públicos para a admissão em cargos dentro do Estado (BUENO, 2012). Além disso, no século XX, passa a ser mais fortemente criticado por movimentos modernistas como o Movimento de 4 de Maio e Movimento da Nova Cultura (CHEN, 1920) e, posteriormente, com a Revolução Cultural (1966-1976).

No período em que o país ainda estava sob a ocupação de oito potências estrangeiras (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia, Japão, Itália e Áustria) e com a evidente

incapacidade da monarquia manchu em defender a soberania do seu território, a dinastia Qing cai no descrédito da população. Em meio a grande turbulência social entre os anos de 1911-12, durante a Revolução Xinhai que derrubou a última dinastia, os precursores do 4 de Maio insurgiram contra tudo o que remetia ao regime dinástico, incluindo os tradicionais valores Confucionistas. Em menos de meio século, com a Grande Revolução Cultural, liderada por Mao Zedong, as ideias de Confúcio voltam a ser alvo de uma campanha agressiva contra os valores tradicionais (MARMOR, 1976).

Ao mesmo tempo, as ideias Marxistas com a forte influência do Leninismo chegam à China dando origem, em 1912, ao Guomindang (Partido Nacional do Povo), sob a liderança de Sun Yat-sen e Jiang Jieshi. Logo em seguida, em 1921, e com os esforços de Mao Zedong, é fundado em Shangai o Kungchantang (Partido Comunista da China). No período que se seguiu até a fundação da República Popular da China em 1949, o Partido Comunista de Mao Zedong travou diversas batalhas com o intuito de libertar a China dos invasores e inimigos internos objetivando reorganizar o país (CARRION, 2004).

A partir dos ideais comunistas de Mao Zedong, os chineses caminharam para a etapa de reforma e transição para o socialismo. Spence (2000) dividiu a trajetória do comunismo na China em três grandes fases: até 1949 com a criação da República Popular da China, na qual o Marxismo é adaptado a economia agrária chinesa; de 1949 a 1976, quando a China caminha por sua própria linha de comunismo, rompendo com o movimento soviético e promovendo a Revolução Cultural; e implementação das “Quatro Modernizações” (1978) por Deng Xiaoping, fase em que se inicia um significativo impulso da economia, criando as condições necessárias para a (re)construção da China moderna.

Apesar dos progressos alcançados no período em que Mao Zedong comandou o país, as políticas implementadas em seu governo não surtiram o efeito desejado e, de um certo modo, foram estopim para novas crises e mesmo estagnação da economia. Esse cenário motivou Deng Xiaoping a propor o processo de modernização da China, guiando-se pela adoção de reformas econômicas focadas em setores chaves da economia (agricultura, indústria, defesa e ciência, e tecnologia) e, relativa abertura ao exterior, dada a emergente necessidade de incorporação de tecnologias e de capitais.

Esse novo modelo de governança, que incorporou de forma gradual características de economia de mercado, foi batizado por Deng Xiaoping de “socialismo com características chinesas” (LYRIO, 2010). Com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, a economia chinesa vivenciou seu primeiro boom (1992/1993), figurando como terceira maior economia do mundo. Esses feitos alcançados pela China foram na contramão dos países socialistas europeus, que declinaram nos anos de 1990, enquanto a China se tornou um caso bem sucedido de reforma

socialista (CARRION, 2004; BUENO, 2012), o que se deve especialmente em virtude da adaptação das teorias Marxistas às características da realidade chinesa.

Para o professor Bueno (2015), o comunismo maoísta (em termos simples seria uma vertente Marxista adaptada à realidade chinesa) promoveu importantes reformas sociais, como o combate à desigualdade de gênero, criação de um sistema educacional e de saúde acessível à população e organização de uma gama de direitos sociais e trabalhistas, bem como, resgatou o orgulho do povo. O país voltou a ter soberania e a poder pensar em seu próprio projeto político. Por outro lado, a atuação e responsabilidade social dos cidadãos foi drasticamente alterada, provocando insatisfação da população com a restrição da participação pública nas decisões do Estado (BUENO, 2015).

Em resposta a essas inquietações, e com os evidentes equívocos promovidos pela Revolução Cultural, ainda nos anos de 1980, o governo chinês tem feito movimentos de resgate ao pensamento Confucionista, especialmente no que tange a educação e promoção da própria cultura no exterior e na reinserção no sistema político chinês (BUENO, 2012). O PCCh (Partido Comunista da China) tenta resgatar e adequar um novo Confucionismo como uma sistematização filosófica que possa servir de escopo para a formação de uma nova mentalidade social que se desobrigue da dependência do Estado e parta para a autonomia do indivíduo, sem, contudo, se contaminar com os “desatinos culturais e as mazelas morais do neoliberalismo ocidental” (BUENO, 2012, p. 136).

Apesar das duras críticas direcionadas ao Confucionismo no período Mao, a filosofia confuciana segue enraizada no pensamento chinês. Sua característica de adaptar-se aos diferentes contextos históricos, relacionando-se com a tradição e o presente, como com outras correntes de pensamento, a respeito do taoísmo e legalismo (LEÃO; OGAMA, 2019), faz do Confucionismo sempre atual e compatível com a identidade da sociedade chinesa.

Até mesmo o atual governante da China, Xi Jinping, percebe os valores confucionistas como harmonia, benevolência, honestidade e sinceridade como bases para uma boa governança. Embora haja controvérsias sobre o socialismo com características chinesas, sobretudo em razão de sua economia de mercado², é inegável que o desenvolvimento chinês ainda carrega consigo os princípios gerais do Marxismo, o qual mantém a propriedade pública como esteio da economia, a distribuição de acordo com o trabalho e adoção de políticas de combate à pobreza e promoção da prosperidade comum. Em razão do seu histórico, não é difícil compreender as dificuldades enfrentadas pelo Partido Comunista Chinês para alcançar o

² É válido ressaltar que embora o socialismo de mercado seja uma crítica comum realizada aos países socialistas, a existência do “mercado” não necessariamente é sinônimo de capitalismo, uma vez que o mercado é uma categoria histórica e que não pertence especificamente a um modo de produção. Em se tratando da China, o mercado é operado pelo Estado (JABOUR, 2021).

progresso econômico em tão pouco tempo, uma vez que se entende a erradicação da pobreza como medida de urgência. Também é necessário lembrar que, assim como os próprios chineses reconhecem, o socialismo na China ainda está em seu estágio inicial.

Apesar de que em muitos aspectos os ideais Confucionistas e Marxistas sejam antagônicos, a ideologia Marxista também está alinhada com valores chineses tradicionais, o que pode explicar a boa aceitação do socialismo pelo povo chinês. Essa talvez seja a razão pela qual a governança da China tente uma reaproximação com os princípios confucianos, o que de certo modo, quando se analisa o modelo atual de governança, se entende como consoante aos propósitos de respeito à hierarquia e manutenção da ordem aliada ao progresso econômico e social.

Por fim, é válido ressaltar que o socialismo com características chinesas é uma conexão entre os ideais do socialismo e a realidade da China e tem por objetivo fundamental promover o atendimento das demandas sociais, bem como ampliar a modernização do país, ao passo em que preserva as suas características históricas e singulares. Com os resultados que vem alcançando percebe-se que o PPCh tem logrado êxito na construção de um materialismo maduro e compatível com o espírito inicial do socialismo Marxista e essência da identidade do povo chinês.

REFERÊNCIAS

BUENO, A. Compreendendo o “Novo Confucionismo”: a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea. **Revista Mundo Antigo**, v. 1, n. 1, p. 125-138, 2012. ISSN 2238-8788.

BUENO, A. La comprensión del «Nuevo Confucianismo»: La reinención del Confucianismo y el futuro de China. **Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 33, p. 117-121, 2015. I.S.S.N.: 1575-2100.

CARRION, R. K. M. **A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-revolução cultural**. 2022. Disponível em: http://www.raulcarrion.com.br/rev_china.asp. Acesso em: 07 dez. 2022.

CHEN, D. O que é a Nova Cultura? **xin qingnian**: v. 07, n. 05, abril, 1920.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

COSTA, J. D. A República Popular da China. In: COSTA, J. D. (Org.). **A República Popular da China**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora Ltda., 1, p. 131-168, 2016.

LEÃO, I. Z. C. C.; OGAMA, D. F. O. **A China entre o Confucionismo e o Socialismo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 40, n. 136, p.79-97, 2019.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

JABOUR, E. Se tem mercado não pode ser socialista: Será? Youtube. **TV Gravobois**: 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a530YMjkZtk>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MARMOR, F. **Le Maoïsme**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1976.

OLIVEIRA, A. Uma “imagem” vale mais do que mil palavras: a visão internacional sobre a China em tempos de coronavírus. **Diálogos Internacionais**, v. 7, n. 69, 2020.

ROZMAN, G. **The East Asian Region: Confucian Heritage and its Modern Adaptation**. Princeton, Princeton University Press, 1991.

SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SPENCE, J. **Em Busca da China Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nota: Não foi objetivo do trabalho tecer um aprofundamento sobre as filosofias discutidas, como também não houve a intenção de simplificá-las, assim, sugere-se como literatura para maior conhecimento os livros: Os Analectos de Confúcio, O Manifesto do Partido Comunista (Karl Marx e Engels), o livro China: O socialismo do século XXI do professor Elias Jabbour, além das referências consultadas.

Influência do Confucionismo para a identidade chinesa

Guilherme Palhares D. G.¹

学而不思则罔，思而不学则殆²

Estudar sem pensar, isso é inútil. Pensar sem Estudar, isso é nocivo.

— Trecho do Analectos de Confúcio

INTRODUÇÃO

O Confucionismo, é uma filosofia e sistema de pensamento originado por Kǒngzǐ 孔子 (Confúcio), tem desempenhado um papel fundamental na formação da identidade coletiva do povo chinês por mais de dois milênios, pois a abordagem ética, política e social do Confucionismo 儒学 moldou a visão de mundo e os comportamentos individuais e coletivos dos chineses. Confúcio observou a necessidade de preservar os ritos praticados ao longo do tempo, sua visão tradicional e conservadora promoveu uma consciência de contribuição mútua em relação a uma hegemonia social. A influência do Confucionismo na identidade chinesa é um tema de grande relevância para compreender a cultura, os valores e a sociedade chinesa ao longo da história.

Este artigo tem como objetivo explorar, de forma introdutória, a influência do Confucionismo na identidade chinesa, concentrando-se em três fases distintas: o Confucionismo de Estado, o Neoconfucionismo e o Novo Confucionismo. O primeiro refere-se ao período em que o Confucionismo se tornou a doutrina oficial do governo imperial, exercendo um forte controle ideológico sobre a sociedade. O segundo reinterpreto e adaptou os ensinamentos confucianos às mudanças sociais e políticas, pretendendo responder às necessidades materiais e espirituais exigidas no contexto de ascensão do Budismo. Por fim, o

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), membro do GECHINA, pesquisa Filosofia Chinesa, Educação na China, História e Política Chinesa. E-mail: Guilherme.Palhares2507@gmail.com

² Tradução de textos em mandarim por Caroline Zheng (UFSJ).

terceiro, uma corrente contemporânea, busca revitalizar e aplicar os princípios confucianos aos desafios e dilemas enfrentados pela China moderna.

Assim, espera-se que este artigo contribua para uma ampla compreensão da influência do Confucionismo na formação da identidade chinesa ao longo da história, bem como sua evolução e relevância na contemporaneidade. O conhecimento desses aspectos será fundamental para uma análise crítica das transformações culturais e sociais em curso na China atual e para uma apreciação mais abrangente da riqueza e complexidade da cultura chinesa.

CONFÚCIO

Confúcio 孔子(551-479 a.C.E.), assim como seu contemporâneo grego Sócrates, foi um dos mais importantes pensadores da filosofia mundial. Confúcio viveu em um momento conturbado na história chinesa, mais especificamente, na dinastia Zhōu 周 (1027-221 a.C.E.). Essa dinastia pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, denominado Período das Primaveras e Outonos 春秋时代 (722 - 476 a.C.E.), marcado pela descentralização do poder e, nele, o título de imperador se torna apenas simbólico e não efetivo; e o segundo, conhecido como Período dos Estados Combatentes - 战国时代 (475-221 a.C.E.). Este momento é marcado pela corrupção, incompetência administrativa e disputa militar, que durou três séculos, entre diferentes postulantes ao poder dinástico hegemônico.

Foi nesse contexto, em meio à crise social e identitária da nação do meio, que Confúcio viveu. Confúcio observou que a China se encontrava em uma singular época de sua história, correndo risco de sobrevivência e continuidade. Assim como diversos outros pensadores de seu tempo, percebera a necessidade de propor soluções administrativas, econômicas, sociais e políticas. Esse momento de intensa atividade intelectual culminou no surgimento de várias escolas filosóficas e o florescimento de ideias e debates filosóficos, entre os séculos VI a III a.C.E., e foi marcado como “Período das Cem Escolas de Pensamento - 百家争鸣” (Peng, 2012).

O pensamento de Confúcio obteve sucesso e suas propostas visavam à dignidade humana e sobrevivência da sociedade. Contudo, apesar de suas propostas tocarem os mais íntimos procedimentos sociais, Confúcio não se considerava um reformador da sociedade, como apresenta André Bueno:

Confúcio não se pretendia um reformador, muito menos algum tipo de pregador religioso (e nada mais errado do que considerá-lo alguma espécie de santo ou de profeta). Em seu entendimento, ele era um educador — ou um filósofo, se preferirmos esse termo —, mas essencialmente um pensador preocupado em resgatar sua civilização da ruína.³

³ Bueno, André. 2013, p. 6.

Confúcio identifica que todo conjunto de leis, costumes e hábitos são, de certa forma, essenciais para garantir a existência. O filósofo chamou esse grupo de práticas culturais de Lǐ 禮. Confúcio indaga como uma sociedade milenar poderia perder sua moral uma vez que ela foi desenvolvida ao longo de muitos anos. Sua tese propõe que a sociedade só é capaz de praticar a moral se for educada para praticar a moralidade. Dessa forma, Confúcio afirma que para alcançar a moralidade humana é necessária a educação com tal finalidade.

Em vida, Confúcio por muito tempo procurou locais para aplicar suas teorias e obteve algumas oportunidades, mas, insatisfeito com os governantes, devotou sua vida apenas ao ensino, disseminando suas ideias e formando discípulos; 弟子盖三千焉, 身通六艺者七十有二人 (Existem três mil discípulos, e há setenta e dois que são proficientes nas seis artes)⁴. Os discípulos foram responsáveis pela disseminação e aprimoramento do Confucionismo pela posterioridade, uma vez que Confúcio morreu sem ver suas ideias realizadas.

CONFUCIONISMO DE ESTADO

Quando o imperador Hàn Wǔdì 汉武帝 assumiu o poder na dinastia Hàn 汉 (206 a.C.E. – 220 d.C.E.), a economia social estava em desenvolvimento e os proprietários de terras almejavam mais poder. O imperador Wǔ, a fim de mudar o cenário com tendências desfavoráveis ao seu domínio, colocou um fim nas “Cem escolas de Pensamento” que existiam na China. Além disso, declarou o Confucionismo como a doutrina do Estado e a seguinte frase foi disseminada pelo governo: “罢黜百家, 独尊儒术” (Abandone todas as escolas de pensamento, apenas respeite o Confucionismo.). Toda influência do Confucionismo de Wǔ está diretamente ligada ao seu conselheiro Dǒng Zhòngshū 董仲舒, um filósofo confucionista (Peng, 2012).

Ao descartar todas as escolas de pensamento e respeitar apenas o Confucionismo, assinala-se um marco histórico na civilização chinesa. Descartava-se, nesse momento, todas as políticas ideológicas-culturais e todos os métodos educacionais até então presentes no Estado chinês. Todo funcionário público devia assimilar o Confucionismo e utilizá-lo para aplicar a lei. Assim, o Confucionismo serviu de instrumento para o processo de unificação do Estado. Para isso, o governo implementou o sistema educacional confucionista promovendo o estudo dos cinco clássicos confucionistas nas academias. Os estudantes estudavam temas como ética, rituais, história e música, ancorados nos ensinamentos de Confúcio e seus discípulos. Com a educação baseada no Confucionismo, os exames de recrutamento de funcionários públicos chamado de Nove ensaios 九章 (Jiǔzhāng) passaram a analisar a desenvoltura dos candidatos em memorizar e recitar os textos clássicos, assim como os princípios éticos e governamentais empregados pelo Confucionismo (Arbuckle, 1991).

⁴ Chen Yun, 2012

A dinastia Qin 秦(221-206 a.EC.), antecessora da dinastia Hàn, obteve sucesso na unificação dos reinos combatentes, mas não obteve o mesmo êxito em defender e governar o Estado unificado. Com a ascensão da dinastia Hàn, entendeu-se que para estabelecer uma política altamente centralizada em uma economia altamente descentralizada, seria necessário uma certa influência na economia familiar. O imperador Wǔ percebe que o Confucionismo é decisivo para renovar a educação ética e moral da sociedade, solucionando diversos problemas para governar o novo Estado unificado.

O principal conceito adotado nessa fase do Confucionismo era o Mandato do Céu 天命 (Tiānmìng), concedido ao imperador em virtude de suas qualidades morais, sabedoria e capacidade de governar, buscando bem-estar para o povo e estabilidade ao reino. Entretanto, esse mandato de que o imperador era investido não era inquestionável e seu governo só seria mantido enquanto governasse com virtude e harmonia. Caso algum imperador fosse incapaz de realizar sua tarefa, os céus tirariam esse mandato por meio de desastres naturais, revoltas ou derrotas militares, compreendidos como sinais de dissolução do mandato celeste do imperador/dinastia (Mahaut, 2021).

O chamado “Confucionismo de Estado” baseia-se numa hierarquia social fundamentalmente na Retificação dos nomes-正名 (Zhèngmíng). O Zhèngmíng estabelece que a relação entre nomes e a realidade é biunívoca e se empenha em determiná-los como pares nome/objeto 名实 (Míngshí), que devem ser associados. É o que afirma Confúcio:

子路(ZiLu) disse: “Se o senhor de Wei o encarregasse da administração do Estado, o que o senhor faria primeiro?”. O Mestre responde: “Sem dúvida é necessário que os nomes sejam usados corretamente (Zhengming)”. (...) “Quando os nomes não são corretos, o que é dito não soará razoável; quando o que é dito não soa razoável, os negócios não culminarão em sucesso e ritos e músicas não florescerão; quando ritos e música não florescerem, a punição não encerrará os crimes; quando a punição não encerrar os crimes, o povo ficará desanimado. Assim, quando o cavalheiro nomeia algo, o nome com certeza terá uma função no seu discurso, e, quando ele disser algo, com certeza será algo passível de ser colocado em prática. Um cavalheiro é tudo menos casual quando se trata de linguagem”.⁵

Como se pode notar, ao destacar o problema da linguagem, Confúcio entende que o modelo de sociedade a ser estabelecido deve apresentar uma estrutura hierárquica rígida e definida. Nela, os pais são superiores aos filhos, os homens às mulheres, o imperador aos súditos e cada pessoa possui um papel definido. Dessa forma, espera-se que cada pessoa cumpra suas obrigações sociais e respeite as relações de autoridade e subordinação. Confúcio disse: “君君臣臣父父子子”(Governador é Governador, Ministro é Ministro, Pai é Pai, Filho é Filho). É importante ressaltar que os estudiosos atuais divergem sobre o que Confúcio queria

⁵ Confúcio. Analectos. Capítulo 13, Parágrafo 3

dizer e como essa frase foi utilizada na dinastia Hàn. Conforme Xiaobei:

孔子意在通过这几种关系说明, 每个人在社会等级中均有不同的身份规定, 只有各自尽到身份义务, 社会关系和国家治理才有章可循。换句话说, 国君要像国君, 臣子要像臣子, 父亲要像父亲, 儿子要像儿子, 并不是自上而下的威权视野, 也不是强调臣子对君主的服从、儿子对父亲的服从, 而是等级之下的个体视野, 亦即每个人都有应尽的本分。⁶

Assim, no período histórico da dinastia Hàn, o pensamento confucionista foi utilizado para montar um sistema patriarcal, coerente com a sociedade feudal chinesa da época. Tratava-se da implementação de um *ethos* capaz de promover a observação de rituais adequados para diferentes ocasiões, normas de etiqueta para as relações e o uso apropriado da linguagem. O Confucionismo de Estado na dinastia Hàn priorizava uma governança virtuosa, uma ordem social hierárquica e a ênfase na educação, moldando o sistema político de valores sociais da China Imperial (Xiaobei, 2020).

Durante a dinastia Hàn, cresce o contato com culturas estrangeiras, especialmente pela Rota da Seda. Essa interação trouxe novas ideias para a China, em especial o Budismo. O Taoísmo, embora chinês, também começou a ganhar maior notoriedade nessa época. Com o domínio dinástico dos Hàn desgastado após 400 anos, o Confucionismo de Estado começou a despertar descontentamento entre as governanças. Com o colapso da dinastia Hàn e a entrada no período conhecido como “Três Reinos”, o Estado chinês sofre fragmentações e o Confucionismo perde o status privilegiado de doutrina de Estado e passa a representar um dos elementos da tríade filosófica formada por Budismo, Taoísmo e Confucionismo (Xu, 2022).

RENASCIMENTO CONFUCIONISTA - NEOCONFUCIONISMO

Com a desunião do Estado Chinês, diversos reinos proclamaram o Mandato do Céu. Uma dessas dinastias foi a Jin Ocidental 西晋(266-316 d.C.E), onde o Budismo encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento. Em meio a uma

⁶ Por meio desses relacionamentos, Confúcio pretendia ilustrar que cada pessoa tem um status diferente prescrito na hierarquia social e que somente quando cada um cumpre suas obrigações sociais é que o Estado pode ser governado de acordo com as regras. Em outras palavras, a ideia de que rei deve se comportar como rei, súditos como súditos, pai como pai e filho como filho, não é uma visão de autoridade de cima para baixo, nem uma ênfase na obediência dos súditos ao governante ou do filho ao pai, mas sim uma visão individual sob a hierarquia, ou seja, cada pessoa tem seu próprio papel a desempenhar. (Tradução nossa.) 小北(Xiao bei), 2020.

desordem social marcada por conflitos militares e mudanças políticas a todo momento, estimulados por uma busca espiritual para melhora da sociedade, o Budismo demonstrou uma ênfase na busca da paz interior e na superação do sofrimento, conseguindo angariar inúmeros seguidores em busca de orientação pessoal. O Budismo se popularizou rapidamente entre as diversas cidades chinesas, conforme um famoso ditado “寺庙图像崇于京邑”⁷, que pode ser traduzido como “imagens de templos são reverenciadas até na capital”. O Budismo continua a florescer nas dinastias seguintes, a saber, Suí 隋(581-618 d.C.E) e Táng 唐 (618-907 d.C.E). O Confucionismo não teve papel significativo e direto nesses anos, até o renascimento do Confucionismo como Neoconfucionismo na dinastia Sòng 宋 (960-1279 d.C.E) (Arghirescu, 2020).

O desenvolvimento Neoconfucionista nas dinastias Sòng foi resultado de um longo processo de interação entre Budismo, Taoísmo e o próprio Confucionismo. Os Neoconfucionistas da época observaram o déficit do Confucionismo ao tratar de problemas metafísicos, justamente o que elevou o status do Budismo. O Neoconfucionismo passa, assim, a não se basear no conceito de harmonia entre homem e natureza, concentrando-se na investigação da realidade de forma ontológica, por influência direta do Budismo. Diversos conceitos ontológicos foram forjados por Neoconfucionistas da época como o “Xīn – 心”, de Lu Jiuyuan e Wang Shouren. O conceito de Xīn foi restaurado do livro *Clássico das Mutações* 易经 (Yijīng) e corresponde à essência da natureza humana. Esta essência, contudo, não é imutável, pelo contrário, ela se modifica a partir da dedicação, representando uma fonte de sabedoria moral e de autodomínio. O núcleo do ser humano, a razão, emoção e moralidade são desenvolvidas pelo xīn. Lu Jiuyuan proclamava “宇宙便是吾心” (O universo é meu coração)⁸, ou seja, nada está além da razão. Wang Yangming aprofunda essa teoria demonstrando que não existe nada fora da mente e, portanto, não existe razão fora dela; coração e razão são apenas um. Dessa forma, o Neoconfucionismo declara que as pessoas estão obcecadas pelo mundo material, e, por isso, é necessário restaurar a boa natureza original por meio de estudos e auto-reflexão. Apenas assim é possível aprimorar essas qualidades. Nota-se, pois, que os Neoconfucionistas buscavam a excelência moral (Cheng, 2012).

Portanto, com o desenvolvimento do Neoconfucionismo apresenta-se um

⁷ 出三藏记集, 卷一三 (Volume 13 de "Chu San Zang Ji Ji").

⁸ Lu Jiuyuan, Volume 36

deslocamento de eixo temático das discussões. Se na dinastia Hàn as questões centrais eram a filosofia política e seus estudos exegeticos, com o Neoconfucionismo dá-se ênfase à aprendizagem prática sobre as relações humanas. Além disso, como a natureza humana é a base da moralidade, o Neoconfucionismo está interessado em promover o desenvolvimento da consciência dos valores, normas ético-sociais e responsabilidade individual do sujeito, que deve ter a consciência desenvolvida a partir de reflexão de si.

O Neoconfucionismo cresceu e se expandiu durante a dinastia Sòng e seu apogeu aconteceu durante as dinastias Míng 明 (1368–1644 d.C.E) e Qīng 清 (1644–1911 d.C.E), tornando-se novamente a doutrina oficial do Estado chinês. O Neoconfucionismo mantém uma hegemonia no Estado chinês por cerca de sete séculos. Entretanto, com o declínio da dinastia Qīng, no início do século XX, período conhecido por Século da Humilhação – 百年国耻, marcado por diversas invasões estrangeiras no país e desafios, como perdas territoriais, desmembramento, tratados desiguais e exploração econômica, resulta em um impacto profundo na consciência nacional e influenciando o futuro do pensamento chinês.

NOVO CONFUCIONISMO

A China sofreu diversos danos durante o Século da Humilhação: as Guerras do Ópio, as Guerras Sino-Japonesas e a Guerra dos Boxers. Todas elas contribuíram para que a identidade chinesa fosse fortemente questionada. O orgulho nacional chinês estava desmoronando, os ritos e a tradição milenar perdiam o sentido, à medida que seus territórios se tornavam gradualmente colônias de outras nações. A China passa a ter uma posição subalterna em relação às outras nações globais, e, em termos históricos, é plausível dizer que a China por muito tempo representou a vanguarda tecnológica e social do mundo, até sofrer repressão internacional e ter a sua soberania ameaçada pelos mesmos. Em 1911, ocorre a Revolução Nacionalista, culminando na queda do Império chinês e a proclamação da República da China. O Movimento Quatro de Maio foi uma revolta desencadeada pela república contra a exploração/ colonização estrangeira, manifestando-se como um pedido de reação chinesa e de tentativa de inserção na nova sociedade política internacional. Aqui, destaca-se uma primeira reação anti-confucionista, que acreditava que a tradição confuciana não servia mais, e que o valor que se dava aos ritos e às pessoas mais velhas impedia a China de se desenvolver como as potências ocidentais. Em 1949, ocorre a Revolução Chinesa contra a República da

China e implementação da República Popular da China, que teve Máo Zédōng – 毛泽东 como primeiro Presidente da República Popular Chinesa (Fairbank, 2008).

Nos anos de 1966-1976 aconteceu a chamada 文化大革命 (Revolução Cultural), que desencadeia a ascensão do pensamento Maoísta de Máo Zédōng, a interpretação chinesa das teorias comunistas Marxistas-Lenistas. Os esforços desse pensamento eram voltados em destruir o antigo sistema social e os valores vigentes, na tentativa de estabelecer um novo sistema social. O Maoísmo pretendia destruir o mundo antigo e forjar um novo mundo. O Confucionismo foi rapidamente perseguido por parte do Estado, com o seguinte slogan “批林批孔” (Critical Lin Biao e Confúcio). Lin Biao era um antigo Marechal da República Popular da China, e foi considerado um traidor do Partido Comunista Chinês; já o Confucionismo era considerado parte da velha ordem social e cultural que o maoísmo pretendia derrubar, pois reforçava a hierarquia social, a obediência às autoridades e a submissão às tradições. Em 1976, com a morte de Máo, chega ao fim a Revolução Cultural. Dèng Xiǎopíng – 邓小平, o novo líder da República Popular Chinesa, pretendia buscar estabilidade e desenvolvimento econômico para a China, permitindo um maior espaço para práticas religiosas e para estudos acadêmicos do Confucionismo.

A liberação dos estudos milenares de Confúcio é a chave para compreender as diversas mudanças ideológicas e adaptações do *modus vivendi* chinês. O Confucionismo, desde a antiguidade, se encarrega de analisar o tempo atual e estabelecer uma estrutura compatível com a cultura milenar dessa civilização. Nesse momento histórico, surge a corrente filosófica chamada de “Novo Confucionismo”.

O Novo Confucionismo surge como um modo de resgatar a imagem chinesa em diferentes formas, desde a área pedagógica até política, econômica e ética. Diversos autores fizeram parte do Novo Confucionismo, que pode ser dividido em três gerações, a primeira, entre 1921-1949, que antecede a Revolução Cultural, e tem Xióng Shíli – 熊十力 como um dos mais importantes nomes do Novo Confucionismo. Xióng foi iniciado em estudos budistas, todavia, foi no Confucionismo que encontrou uma resposta sobre a importância de estar vivo. Xióng escreve que o principal da vida é o corpo, e sendo esse corpo um fenômeno do mundo real, o humano não pode desistir desse mundo e deve se dedicar ao cultivo diário dos aspectos mais brilhantes da natureza humana. Dessa forma será

capaz de perceber o corpo principal que está além do físico, ideia contrária às perspectivas budistas focadas apenas nos aspectos negativos da natureza humana e que visa repreendê-los. Portanto, Xióng reintroduz o Confucionismo nas perspectivas neoconfucionistas metafísicas.

Com o início da República Popular Chinesa, muitos intelectuais chineses da segunda geração (1950-1979) deixaram o continente e desenvolveram o Confucionismo em outros locais, sendo chamados de “Novos Confucionistas Ultramar”. O Novo Confucionismo Ultramar é marcado por figuras proeminentes, como Móu Zōngsān– 牟宗三, que acredita que o Confucionismo pode adaptar-se à contemporaneidade e oferecer uma base ética e moral, capaz de resolver problemas modernos preservando seus valores. Móu defendia a importância da autenticidade moral e da auto-reflexão como caminhos para o aperfeiçoamento individual e a construção de uma sociedade justa. Móu, junto de Táng Jūnyì–唐君毅 e outros dois professores Confucionistas Ultramar, lançaram em 1958 o 为中国文化敬告世界人士宣言 (Manifesto aos povos do mundo para a Cultura Chinesa). Este pequeno manifesto apresenta a importância da humanidade estudar os mais diversos aspectos da cultura chinesa e declara que a cultura chinesa não deve ser rebaixada e não deve ser estudada unilateralmente:

如研究者之动机, 仅由接触何种之现实政治而引起, 则其所拟定之问题, 所注目之事实, 所用以解释事实之假设, 所导向之结论 皆不免为其个人接触某种现实政治时之个人之感情, 及其对某种现实 政治之主观的态度所决定。此皆易使其陷于个人及一时一地之偏见。 (...) 中国与世界人士研究中国学术文化者, 须肯定承认中国文化之活 的生命之存在。我们不能否认, 在许多西方人与中国人之心目中, 中国文化已经死了。⁹

Esse Manifesto teve como objetivo rejeitar a influência exacerbada do ocidente, exigindo valorização da cultura chinesa. Táng argumenta que para entender a sociedade chinesa, seus costumes e tradições deve-se estar disposto a estudar cinco mil anos de história.

Entretanto, o Novo Confucionismo só veio a adquirir relevância após ascensão de Dèng Xiǎopíng que, ao assumir o poder, distanciou-se da política comunista pregada no ocidente, estabelecendo uma linha própria de comunismo. A

⁹ As conclusões alcançadas inevitavelmente serão influenciadas por suas emoções pessoais e atitudes subjetivas em relação a essa realidade política específica. Isso facilmente levará o pesquisador a cair em preconceitos pessoais e circunstanciais. (...) Aqueles que estudam a cultura acadêmica chinesa, sejam chineses ou estrangeiros, devem reconhecer a existência da vida ativa da cultura chinesa. Não podemos negar que, aos olhos de muitos ocidentais e chineses, a cultura chinesa já está morta. (tradução nossa) 牟宗三(Mou Zongsan), 1989.

questão que cerca o Novo Confucionismo é: “se o governo chinês vier a flexibilizar cada vez mais as suas conceituações teóricas sobre o marxismo, qual será a resposta a ser dada em relação às questões sociais e políticas que surgirem diante de um Estado cujo compromisso ideológico com a sociedade modificou-se?”¹⁰ O Partido Comunista Chinês procura continuar com seu poder, sem perder as vitórias comunistas, dessa forma enxerga com bons olhos uma proposta confucionista para manter a ordem chinesa na sociedade. Em 1987, o Partido Comunista Chinês promoveu o primeiro encontro internacional de retomada do pensamento confucionista. Em 1994, criou a primeira associação internacional de Confucionismo, para controlar a reinterpretação do Confucionismo e seu futuro, e, em 2004, estabeleceu uma rede escolar mundial de ensino do Mandarim, nomeado Instituto Confúcio.

Podemos estabelecer novamente uma conexão do Confucionismo com o Estado chinês, uma vez que a terceira geração do Novo Confucionismo (1980-atualmente) é composta principalmente por Novos Confucionistas Continentais, aqueles que estão no continente após a fundação da República Popular da China. O Confucionismo pretende mais uma vez nortear a civilização chinesa, agora com um desafio: combater todas as crenças metafísicas e materiais que se inseriram de modo forçado no último século. Jiǎng Qìng– 蒋庆, um novo confucionista de terceira geração, afirma que para o estabelecimento da vida humana em tempos antigos e modernos, a cultura deve fornecer um sentido para a vida, por meio de crenças e valores. Assim como os ocidentais possuem a cultura cristã, e muçulmanos possuem o islamismo, a China necessita de suas próprias expressões, uma vez que a cultura é importante para fornecer o sentido da vida e resolver a impermanência da mundanidade, por meio das crenças e valores incorporados na cultura. Jiǎng afirma que apenas o Confucionismo é capaz de conseguir conciliar o coração dos chineses entre a contemporaneidade e a cultura tradicional chinesa, sem que essa seja corrompida:

(...) 所以, 要解决今天中国人生命无处安顿飘荡无归的状况, 只有复兴儒学, 在儒学中来安顿中国人的生命, 从而克服可能导致社会政治动乱的隐忧。¹¹

Portanto, pode-se observar que desde os tempos remotos o único objetivo

¹⁰ Bueno, André, 2012, p. 129.

¹¹ (...) a fim de resolver a situação atual de que os chineses não têm onde viver e não têm para onde voltar, a única maneira é reviver o confucionismo e estabelecer a vida dos chineses através do confucionismo, de modo a superar as preocupações ocultas que pode levar à turbulência social e política. (tradução nossa) 蒋庆(Jiǎng Qìng). 2009.

chinês é salvar a nação e preservá-la de possíveis invasões, não apenas física mas também ideológica. Por muito tempo, a China foi implacável, entretanto, o colonialismo e imperialismo fizeram com que o país do meio adentrasse em um ambiente de convívio internacional jamais visto pela sua sociedade. Sofrendo grande pressão das potências mundiais, a alternativa encontrada foi adaptar-se às tecnologias, ciência, sistema político e financeiro do mundo ocidental, pois “因为中国富强就可以避免中国挨西方打, 而落后就要挨打” (“a prosperidade da China pode impedir que a China seja atacada pelo ocidente, e ficar para trás significa ser derrotado”).¹² Dessa forma o Novo Confucionismo aparece para declarar a defesa da cultura chinesa e fornecer ferramentas para construir uma China globalizada com características chinesas.

CONCLUSÃO

Confúcio, em sua época, pretendia conservar e reabilitar os ritos de bons costumes da sociedade, para promover prosperidade. Talvez, esse seja o tema de maior interesse de grandes nações mundiais ao longo da história, como preservar sua história e costumes, ou seja, como realizar a manutenção da identidade do povo. O Confucionismo se apresenta para a China ao longo dos períodos como esse fio condutor entre passado, presente e futuro.

Portanto, ao analisar o Confucionismo, não se deve enxergar como obra intelectual exclusiva de Confúcio, mas sim o resultado de uma complexa relação entre pensamentos. As três diferentes fases do Confucionismo, apresentadas neste ensaio, demonstram uma certa capacidade de se adaptar ao mundo em que está inserido, fornecendo métodos para avançar diante de mudanças, sem esquecer dos rituais, da história e da identidade. Desta maneira, o Confucionismo se apresenta como um sistema cultural de preservação e desenvolvimento do povo chinês ao longo dos tempos.

Diante do exposto neste ensaio, podemos perceber que a história do país do meio é longa e possui diversos desdobramentos. Mas é certo afirmar que o Confucionismo representa uma parcela importante da estrutura dorsal da identidade chinesa. Ao longo dos séculos, o pensamento de Confúcio se modificou e adaptou-se com o intuito de aprender sobre as raízes chinesas e ensinar como cultivá-las. Preocupando-se desde a sua fundação com a manutenção identitária e

¹² Ibidem.

prosperidade da civilização, o Confucionismo representa a busca do mundo e da vida harmoniosa ao estilo chinês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arbuckle, Gary. **Restoring Dong Zhongshu: An Experiment in Historical and Philosophical Reconstruction**. 1991.

Arghirescu, Diana. **Song Neo-Confucian Conceptions of Morality and Moral Sources (Zhu Xi): Connections with Chan Buddhism**. *Journal of Chinese Philosophy*, 2020.

Bueno, André. **Compreendendo o “Novo Confucionismo”**: a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea. *Revista Mundo Antigo*, v. 1, 2012.

Bueno, André. **As lições do Mestre/Confúcio**; tradução e organização. São Paulo: Jardim dos Livros, 2013.

Confúcio. **Analectos**.

陈赞(ChenYun). **孔子的述、作与《六经》的成立**(A Transmissão e Inovação de Confúcio e o Estabelecimento dos Seis Clássicos). *哲学分析*, v.3,N.1, 2012.

Cheng, Chung-Ying. **World Humanities and Self-Reflection of Humanity: A Confucian-Neo-Confucian Perspective**. *Journal of Chinese Philosophy*, 2012.

Fairbank, John King. **China – Uma nova história**. 3 ed. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

陆九渊(LuJiuyuan). **山集: 三十六卷. 涵芬楼** (Coleção de Montanhas: Volume 36. Han Fen Lou).

Mahaut, Cristiano. **Fontes Da História Das Ideias Linguísticas Na China: As Dinastias Zhou E Han**. *Locus: Revista De História* 27, 2021.

牟宗三(MouZongsan), et al. . **为中国文化敬告世界人士宣言**(Um Manifesto aos Povos do Mundo em Nome da Cultura Chinesa)”. *当代新儒家*. Beijing: Sanlian Shudian, 1989.

彭国翔(Peng, Guoxiang). **儒家傳統的詮釋與思辨 從先 — 秦儒學、宋明理學到現代新儒學**.(Interpretação da Tradição Confucionista: Do Confucionismo Clássico, Neoconfucionismo ao Novo Confucionismo). **武汉大学出版社**(Editora da Universidade de Wuhan) 2012.

蒋庆(JiangQing). **儒学在当今中国有什么用?**(Qual é a utilidade do confucionismo na China hoje?). 2009.

Jiang, Qing. **A Confucian Constitutional Order: How China’s Ancient Past Can Shape Its Political Future**. Princeton University Press, 2013.

Tong, Xun. **Research on Religious Culture in Beijing**. Religious Culture Press. 2007.

Vieira, Victor Carneiro. **A Humilhação Nacional Como Instrumento De Construção Da Identidade e Da Estabilidade Política Na China.** Diálogos, 2018.

小北(XiaoBei). **孔子是主张搞特权搞复古的老顽固吗？其实很多人都不懂他** (Confúcio é um velho teimoso defensor de privilégios e retrocessos? Na verdade, muitas pessoas não o compreendem.). Peking University Press. 2020.

Xu, Dong. **The confucian concept of “Governance” and its contemporary value.** Trans/Form/Ação, v. 45, n.2, p. 15–36, 2022.

Políticas públicas na China: Programa para Redução da Pobreza Direcionada - RPD

Sabrina de Matos Barcelos¹

INTRODUÇÃO

Em 1949, houve a Revolução Chinesa, que seria o começo de uma nova fase no país asiático liderada por Mao Tsé-Tung, naquele momento a China se configurou como a República Popular da China. Com forte influência do socialismo, desde a revolução de 1949, o governo chinês vem colocando em prática diversas políticas públicas a fim de desenvolver a China. Algumas dessas políticas públicas, realizadas durante os Planos do governo, foram fundamentais para a erradicação da pobreza extrema na China. O plano quinquenal é desempenhado pela política da China desde 1949, e tem como objetivo o desenvolvimento social e econômico a médio prazo. No caso do 13o plano, este apresentou metas de desenvolvimento mais equilibradas e abrangentes, enfatizando o desenvolvimento sustentável por meio da eliminação da pobreza, modernização da indústria, aumento da urbanização e do consumo, e melhoria na proteção do meio ambiente (DIÁRIO DO POVO ONLINE, 2020). Com isso, o 13o Plano, ressalta a relevância da erradicação da pobreza como essência da construção de uma sociedade próspera (WANG, 2020).

De acordo com o relatório do Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China (2021), é um problema universal dos países com um grande número

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Participante do GECHINA, como coordenadora líder de Recursos Humanos. Secretária Administrativa do projeto de extensão PelotasMUN da UFPel que promove simulações das Nações Unidas. E-mail: sabrinabarcelos1234@mail@gmail.com

de pessoas em situação de pobreza identificar aquelas que realmente precisam de apoio e ajuda, assim, identificar precisamente a pobreza e as medidas direcionadas são fundamentais para o esforço da erradicação da pobreza. A fim de aumentar a eficiência das abordagens para a erradicação da pobreza, a China lançou uma série de diretrizes para aumentar a eficiência dos resultados, tais como os “Esforços direcionados em seis áreas”. (THE STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2021)

No documento oficial do 13o Plano Quinquenal publicado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da República Popular da China em 2016, a RPD visava assegurar que fossem bem definidos esforços para a redução da pobreza, adotando medidas direcionadas e categorizadas para isso, e utilizando mecanismos de registro para identificar aqueles que vivem na pobreza no país. Destarte, por meio de um banco de dados de famílias-alvo e suas necessidades, os instrumentos previam o desenvolvimento econômico, relocação, reassentamento, proteção, educação, seguridade social e compensação ecológica. (THE STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2021). De acordo com Wang (2020), o 13o Plano incluía a erradicação da pobreza, como uma meta quantitativa, com exigências de fundos adicionais e supervisão para atingir este objetivo.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Amartya Sen (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021), o conceito de pobreza multidimensional tem como objetivo analisar as questões da intersecção e complexidades que envolvem a pobreza, que não são medidas apenas pela renda. Assim, outros fatores além da renda são importantes, como moradia, educação e saúde. Para António Queirós (2021), o próprio Banco Mundial levantou o ponto que o conceito tradicional de PIB não mede rigorosamente a dimensão relativa da pobreza, ou tampouco níveis de bem-estar. Nesse âmbito, o presidente Xi implementou a abordagem de pobreza direcionada (RPD) em 2015, que se direciona pelas seguintes perguntas: quem deve ser retirado da pobreza? Quem realiza o trabalho? Que medidas precisam ser tomadas para combater a pobreza? Como podem ser feitas avaliações para garantir que as pessoas permaneçam fora da pobreza? (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021).

Como mostram as autoras: “o programa de redução da pobreza atingiu praticamente todos os cantos da sociedade. A vitória contra a pobreza extrema, portanto, não pode ser vista

como um programa singular sob um mandato singular do Partido e do governo. Em vez disso, deve ser visto como uma mobilização em massa em vários setores da sociedade chinesa, usando metodologias diversas e descentralizadas em uma amplitude e escala sem precedentes na história humana.” (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021, p. 29) Tendo isso em vista, o programa da China apresenta uma abordagem dimensional justamente por compreender que a pobreza não deve ser tratada como apenas distribuição de renda (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021). A RPD, ou redução precisa da pobreza, foi introduzida durante a visita do presidente Xi à vila de Shibadong pela primeira vez, em novembro de 2013. Levando em consideração os cinco indicadores do plano para combater a pobreza extrema, a RPD “desenvolveu cinco métodos básicos para retirar as pessoas – ou melhor, ajudá-las a se erguer – da pobreza: indústria, realocação, compensação ecológica, educação e assistência social.” (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021, p. 32)

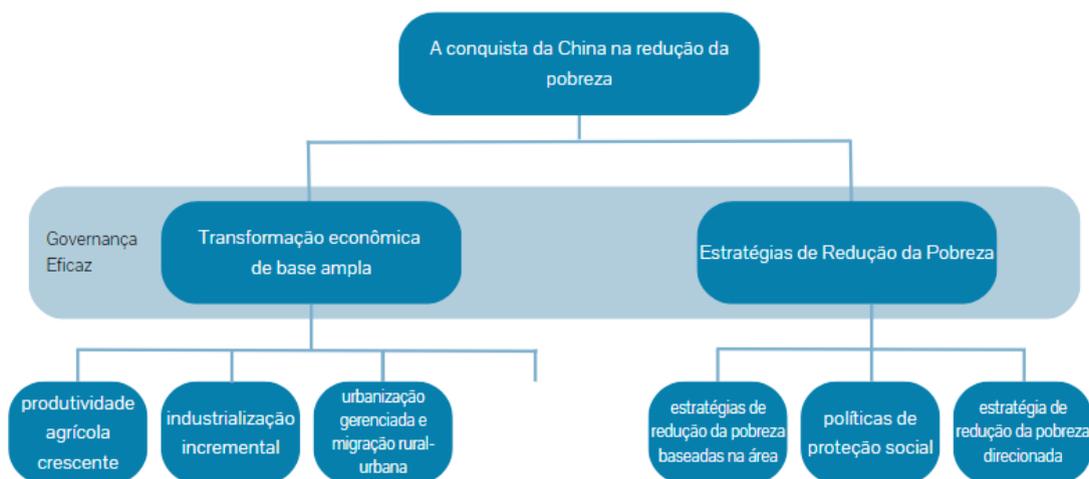
Além disso, segundo Maia, Papi e Pautasso (2021), o fato de que mais de 850 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema mostra que a China tem apresentado uma notável mobilidade social, que reflete em melhorias de renda per capita, além de melhores condições de vida. Apesar das desigualdades, que os autores dizem ser típicas de arrancadas industriais, segundo o índice Gini, as disparidades estão recuando há mais de 10 anos (MAIA; PAPI; PAUTASSO, 2022, p.174). Os investimentos podem estar diretamente relacionado ao sucesso desse projeto, pois na fase “direcionada”, iniciada em 2013, o governo gastou cerca de 1,6 trilhão de *yuan*s com o intuito de construir 1,1 milhão de quilômetros de estradas rurais, além de levar acesso à internet a 98% dos vilarejos pobres do país e reformas de casas para cerca de 25 milhões de pessoas, construindo novas moradias para outras 9,6 milhões (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021).

A estratégia adotada por Xi Jinping se baseia em um banco de dados de famílias-alvo e das suas necessidades, que procura “soluções adequadas”, estabelecendo linhas claras com responsabilidade aos resultados. O crescimento econômico pode estar diretamente ligado a essas políticas públicas de erradicação da pobreza, no entanto, como mostra Wang: “não se pode, portanto, presumir que os países pobres possam melhorar o bem-estar e a vida simplesmente perseguindo o crescimento econômico sem atenção à saúde e à educação. Para maximizar o efeito sobre a pobreza, como referido anteriormente, não basta aguardar pelos

efeitos do crescimento económico, sendo igualmente necessário o contributo adequado das políticas públicas.” (WANG, Yuhui, 2022, p. 19) De acordo com Maia, Papi e Pautasso (2022), foi colocado em evidência o cumprimento do cronograma de políticas de erradicação da pobreza pelas lideranças e pelos comitês partidários. Além disso, de acordo com esses autores, “toda a mobilidade social na China está vinculada ao amplo processo de desenvolvimento, refletido de uma maneira geral nas melhorias nas condições de vida, infraestrutura e serviços públicos.” (MAIA; PAPI; PAUTASSO, 2022, p.174).

Tendo isso em vista, segundo Lin Yifu, ex-economista-chefe do Banco Mundial, a Redução da Pobreza Direcionada (RPD) é uma estratégia do governo que combina o apoio social e o esforço dos próprios camponeses, orientada para o desenvolvimento, garantindo as necessidades básicas (CHAK; JIANHUA; ZHANG, 2021). O RPD da China, de acordo com Chak, Jianhua e Zhang (2021) pode ser resumido em: uma renda, dois seguros e três garantias, que incluem além da renda, serviços médicos básicos, moradia segura com água potável e eletricidade, e educação obrigatória e gratuita. Além disso, conforme o organograma divulgado em 2021 pelo Banco Mundial, o RPD faz parte dos pilares da estratégia direcionada para a redução da pobreza.

Imagem 1: Os dois pilares da abordagem chinesa para a redução da pobreza

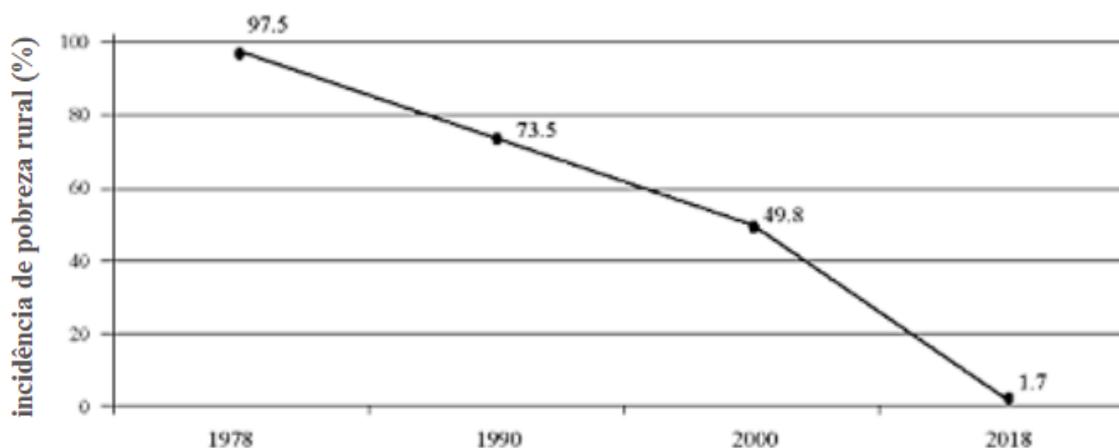


Fonte: Adaptado pela autora. Banco Mundial e Centro de Conhecimento Internacional sobre Desenvolvimento, 2021.

Segundo Gastañaga (2022, p.56), “o esboço de 2011 para a Redução da Pobreza Orientada para o Desenvolvimento nas Áreas Rurais e a estratégia expandida e refinada da ‘Redução da Pobreza Direcionada’ desde 2013 marcaram uma mudança mais decisiva na focalização da pobreza baseada no agregado familiar, ou seja, as políticas agora estavam direcionadas a áreas específicas ainda com famílias necessitadas.” A RPD a partir de 2013 visava áreas específicas em que as famílias estavam abaixo da linha da pobreza nacional, abrangendo desde a identificação da pobreza até a saída da pobreza.

No relatório divulgado pelo governo chinês em 2019, foi reforçado que a pobreza extrema seria eliminada no fim de 2020, para que assim as pessoas pudessem usufruir dos “frutos” do crescimento econômico. O gráfico disponibilizado no relatório mostra como a incidência da pobreza rural na China foi diminuindo ao longo dos anos. (THE STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2019)

Imagem 2: Incidência da Pobreza Rural na China, 1978-2018



Fonte: Adaptado pela autora. The State Council Information Office, 2019

Segundo a pesquisa de desenvolvimento do Banco Mundial (2022), “a estratégia abrangia todo o processo, desde a identificação da pobreza até a saída da pobreza, determinando quem ajudar, quem deveria ajudar, como ajudar, como sair e como evitar a recorrência da pobreza. A estratégia baseou-se numa base de dados abrangente dos agregados familiares visados e nas suas necessidades específicas, complementada com o conhecimento local para encontrar soluções adequadas [...]”. A estratégia geral focou na criação de condições para que as famílias pobres encontrassem emprego e fonte de renda para sustento, combinando (tais medidas?)

com o apoio à família em áreas chaves, com moradia, desenvolvimento, assistência médica, desenvolvimento de habilidades e até mesmo transferência de renda (WORLD BANK, 2022)

Segundo Myrdal (MYRDAL, 1957 apud WANG, 2022), os países em desenvolvimento não regulam de forma espontânea o que afeta os recursos que vão alcançar um equilíbrio entre regiões, indo de encontro com a teoria neoclássica do desenvolvimento econômico. Ele defendia, na verdade, uma análise estruturalista regional nesses países em desenvolvimento, pois para o autor as forças de mercado normalmente tendem a aumentar os desequilíbrios inter-regionais. Com isso, as reformas da educação e da distribuição de terras são necessárias para a criação de um círculo virtuoso, com a seguinte configuração "distribuição equitativa do rendimento - estímulo ao consumo - aumento do investimento - aumento da poupança - geração de capital - aumento da produtividade - aumento da produção - aumento do rendimento per capita" (MYRDAL, 1957 apud WANG, 2022, p. 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, para se ter uma clareza do caso de erradicação de pobreza na China, segundo Saravia (2006), é necessário considerar que políticas públicas são decisões públicas com o fim de manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios a fim de modificar a realidade, que por meio de objetivos e estratégias atuam na alocação de recursos necessários para atingir os objetivos definidos. Essas decisões são condicionadas justamente pelo fluxo, reações e modificações que provocam no tecido social, assim como pelas ideias, valores e visões que adotam. Para o autor, é possível considerá-las como estratégias para diversos fins, que, de determinada forma, são desejados por grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006). Dessa maneira, a erradicação da pobreza extrema anunciada em 2021 por Xi Jinping mostra o compromisso do governo em executar ações eficazes, com base nas políticas públicas, que visem não somente oferecer a curto prazo assistência às pessoas em situação vulnerável, mas também a longo prazo, com mecanismos de durabilidade, como é o caso da RPD.

REFERÊNCIAS

ARAUJO GASTAÑAGA, Sharon Celeste. **A China Influenciou a Redução da Pobreza Mundial no Início do Século XXI?** Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7207>> Acesso em 02 de julho de 2023.

CHAK, Tings; JIANHUA; Li, ZHANG, Lilian. **Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China.** Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, julho de 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-1-socialismo-em-construcao/>> Acesso em 09 de abril de 2023.

MAIA, Isis Paris; PAPI, Luciana Pazini; PAUTASSO, Diego. O combate à pobreza: cooperação China-ONU e agenda 2030. In: **Tensões mundiais: revista do observatório das nacionalidades.** Fortaleza. Vol. 18, n. 36 (2022), p. 165-181. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/247215>> Acesso em 12 de março de 2023.

O QUE é o plano quinquenal da China? **Diário do Povo Online**, 26 de out. de 2020. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2020/1026/c309806-9772964.html#:~:text=O%2013%C2%BA%20Plano%20Quinquenal%20apresentou,e%20melhoria%20da%20prote%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.>> Acesso em 18 de abril de 2023

QUEIRÓS, António dos Santos. No centenário do Partido Comunista da China. O caminho da China para uma Nova Era e o papel da Nova Rota da Seda. IN: **Rotas a oriente. Revista de estudos sino-portugueses.** Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro Campus Universitário de Santiago e Dalian University of Foreign Languages, outubro de 2021. Disponível em: <<https://proa.ua.pt/index.php/rotasaoriente/article/view/26181/18945>> Acesso em 12 de março de 2023.

SARAVIA, Enrique. INTRODUÇÃO À TEORIA DA POLÍTICA PÚBLICA. IN: ORGs: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**; coletânea, Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf> Acesso em 19 de abril de 2023

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE. **China and the World in the New Era.** 2019. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/27/c_138427541.htm> Acesso em 02 de julho de 2023.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE. **012021.** Disponível em: <<http://www.xinhuanet.com/english/download/2021-4-6/FullText.pdf>> Acesso em 02 de julho de 2023

THE WORLD BANK DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL, THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Four Decades of Poverty Reduction in China**, 2022.

Disponível em:

<<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bdad16a4f5c1c88a839c0f905cde802-0070012022/original/Poverty-Synthesis-Report-final.pdf>> Acesso em 02 de julho de 2023.

WANG, Yuhui. **O combate à pobreza extrema na China após a reforma e abertura: 1978-2020**.

Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2022. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/26743>> Acesso em 12 de março de 2023

文化时刻



MOMENTO CULTURAL

A história da China contemporânea através da epopeia de apenas uma vida chinesa em quadrinhos

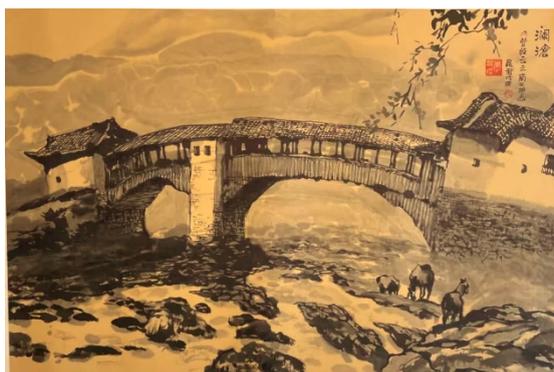
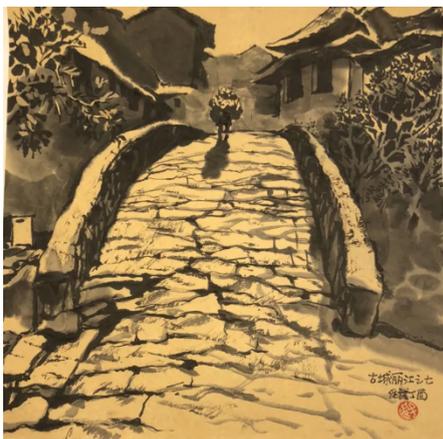
Felipe Vidal Benvenuto Alberto¹

A obra *Uma Vida Chinesa*, publicada no Brasil pela editora WMF Martins Fontes em três volumes, trata de um relato bastante sensível e particular de um autor que não se preocupa com a precisão no caráter autobiográfico, mas se aproxima muito disso quando opta por descrever o cotidiano de um chinês ordinário em meio à convulsão social que foi o século XX no país. O mais interessante a se notar nessa história em quadrinhos de ficção histórica, ou história romanceada, é em que grau ela se aproxima e/ou se afasta das narrativas adotadas como padrão na academia ocidental para um período até hoje tão anuviado.

Este quadrinho não tem a intenção de apresentar uma visão exaustiva da República Popular da China contemporânea nem de revelar nenhum segredo sobre as tomadas de decisão políticas, lutas de poder chinesas ou coisas que o protagonista não tenha vivenciado pessoalmente. No entanto, esta história em quadrinhos possui uma magnitude inimaginável. Estruturada em torno do destino do personagem principal, ela apresenta ao leitor como um indivíduo, uma vida, foram moldados pela China contemporânea e as escolhas e dilemas que ele enfrentou. Essa ambiciosa semiautobiografia aproxima o leitor da China e permite que ele enxergue de maneira mais precisa as alegrias e as adversidades desse país, proporcionando, assim, a sensação de sua grandeza e das suas contradições históricas.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ) como bolsista da CAPES. Pesquisador do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE/IESP), da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS). Membro do Grupo de Estudos sobre China (GECHINA/UnB). E-mail: fvidal804@gmail.com

O livro, publicado originalmente na França, é uma descrição precisa dos costumes de Yunnan (云南), da vida cotidiana e dos sentimentos dos chineses. Ele relata grandes eventos que ocorreram em várias épocas da história contemporânea da China: a Revolução Cultural (文化大革命), a reforma e a abertura, o retorno de Hong Kong, etc. Ele nos mostra a história de uma família chinesa, as vicissitudes de um indivíduo, mas também as enormes mudanças que ocorreram na sociedade desde a década de 1950 até hoje. É uma verdadeira epopeia chinesa.



Ilustrações originais de Li Kunwu retratando cenários de uma China pouco midiaticizada. Fonte: BDfugue.com

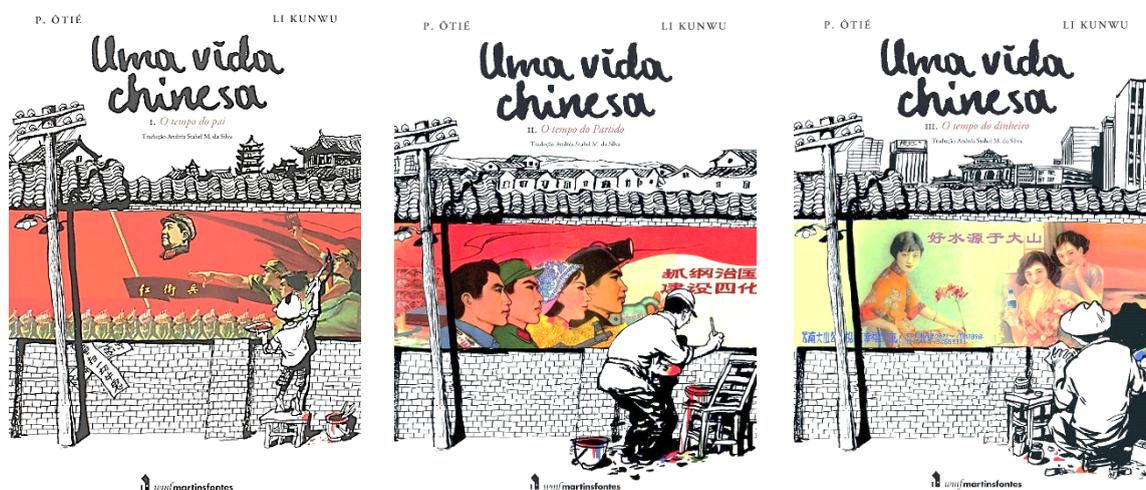
Como supracitado, *Uma Vida Chinesa* está dividida em três partes: "O Tempo do Pai", "O Tempo do Partido" e "O Tempo do Dinheiro", e nasceu da colaboração entre o autor chinês Li Kunwu (李昆武) e o francês Philippe Ôtié. Foi publicada pioneiramente pela proeminente editora francesa Dargaud e ganhou o mundo depois de receber múltiplos prêmios nacionais. O aspecto histórico, a tensão dramática e o humor típico chinês presentes na obra receberam críticas positivas desde o primeiro contato do público com seu conteúdo.

O primeiro volume começa em 1950 e conta a história da família do pequeno Li durante o Grande Salto Adiante (大跃进), os três anos de catástrofes naturais e a Revolução Cultural. O segundo volume começa após a prisão do Bando dos Quatro (四人帮) e os reencontros familiares. Ele narra a experiência de Li no exército, o novo vento que soprara sobre a China e as esperanças da população na época. Já o terceiro volume descreve o período após a Reforma e Abertura, sobre como alguns souberam surfar na onda para enriquecer, enquanto outros ficaram

desempregados e marginalizados, bem como as notáveis mudanças sociais que levaram Li e sua família a fazer duras escolhas.

A obra inclui quase três mil imagens que retratam fábricas chinesas, o campo, o exército e uma centena de personagens muito bem aprofundados. Entre eles, a família de Li Kunwu, seus amigos e colegas de classe, e também os desconhecidos de Kunming (昆明) e das aldeias remotas das montanhas de Yunnan, como uma jovem camponesa que se tornou massagista e retorna à sua aldeia natal para o enterro de seu avô. Através dessa história, o quadrinho retrata as diferenças entre cidades e campos, a saudade dos chineses rurais nas cidades e as esperanças das famílias que permaneceram no interior do país. Também é possível ver, por exemplo, a trajetória de um empresário de uma fábrica de água mineral. A descrição dos chineses no livro é muito humorística e, ao mesmo tempo, em geral, sensivelmente profunda. Esse retrato realista e emocionante torna este livro uma obra sem fronteiras e muito comovente.

Li Kunwu chegou a afirmar, outrora, que sua intenção inicial era "[...] usar quadrinhos para escrever minha autobiografia, a história vivida por meus pais; eu não imaginava que isso agradaria tanto" (LIN, 2016). No entanto, Kunwu rapidamente percebeu que seus 55 anos de vida eram, na verdade, um recorte valioso da história da China contemporânea e que sua experiência como chinês era compartilhada por milhões de outros chineses nascidos no meio do



século XX.

Capas dos três volumes da edição brasileira de *Uma Vida Chinesa*. Fonte: Guia dos Quadrinhos

Para Philippe Ôtié, o colaborador francês de Li Kunwu, "o que os chineses chamam de 'livros de homenzinhos' têm um mercado imenso na França. As crianças adoram quadrinhos, mas não apenas elas, os adultos também gostam e não os largam. Apresentar a história chinesa por meio de quadrinhos é uma boa maneira para os franceses conhecerem melhor a China." (LIN, 2016)

Cinco anos de colaboração entre Kunwu e Ôtié trouxeram muitos atritos, mas também diálogos construtivos. "Os chineses vistos por eles mesmos" e "os chineses vistos pelos estrangeiros" são muito diferentes, segundo ambos. Os dois autores dos quadrinhos tiveram que encontrar um equilíbrio entre suas diferentes visões da história. "O trabalho não deveria se tornar uma crítica, mas também não deveria se tornar propaganda" (LIN, 2016). Li Kunwu e Philippe Ôtié buscaram mostrar a história de Li da maneira mais objetiva possível, buscando um ponto de encontro entre a propaganda chinesa e as críticas do mundo ocidental sobre a China, deixando a reflexão para o leitor.

Além dessas considerações editoriais, a estrutura da história, o enredo, o estilo de desenho e a organização das imagens eram complicados mercadologicamente, especialmente a escolha do estilo pictórico. Antes da publicação deste quadrinho, o estilo de Li Kunwu era mais fluido, leve, quase intimista, mas não permitia explorar os sentimentos profundos dos personagens. Sob a orientação de Philippe Ôtié, ele abandonou todo o excesso para buscar um estilo de desenho mais pessoal e que lhe permitisse se expressar verdadeiramente, incorporando o estilo dos *lianhuanhua*² (连环画) e a estética das histórias em quadrinhos ocidentais. Ele também se inspirou na maneira de criar filmes para imergir o leitor no enredo e na atmosfera de sua história em quadrinhos.



Páginas internas do primeiro volume de *Uma Vida Chinesa* em sua edição francesa. Fonte: bedetheque.com

Em 2010, *Uma Vida Chinesa* recebeu diversos prêmios no sempre aquecido circuito francês de quadrinhos. Não tardaria para Li Kunwu ser o primeiro desenhista de quadrinhos asiático a receber o *Prix Château de Cheverny de la bande dessinée historique* no festival *Les Rendez-vous de l'histoire*, em Blois.

Posteriormente, o mesmo quadrinho recebeu a consagração final através do Grande Prêmio de Histórias em Quadrinhos de Angoulême, a maior premiação do ramo no mundo. A

² Espécie de protoquadrinho popular na China do século XX e geralmente produzido em material bastante frágil. Apesar de apresentar uma arte sequencial, configura-se mais como um livro ilustrado.

obra já foi publicada em francês, alemão, espanhol, finlandês, dinamarquês, inglês, coreano, além do próprio português. Somente em 2014 foi publicada a edição chinesa, serializada pela influente revista *Sanlian Life Week* (三联生活周刊).

REFERÊNCIAS

HASKI, P. Prefácio. In: KUNWU, L.; ÔTIÉ, P. **Uma Vida Chinesa: I.** O Tempo do Pai. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 7-15.

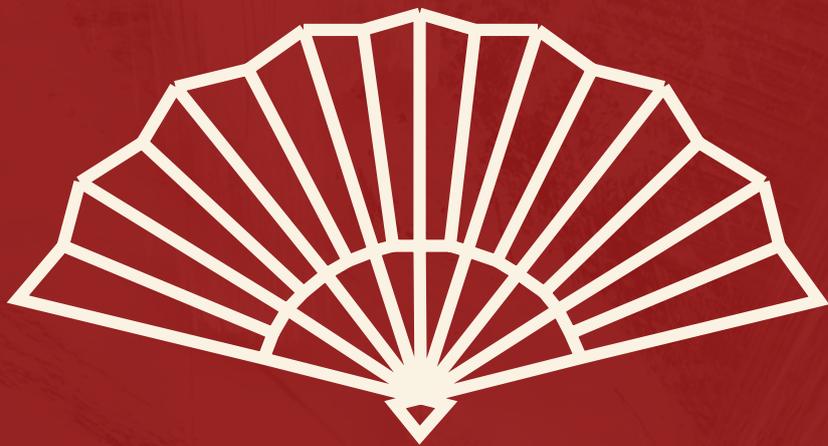
KUNWU, L.; ÔTIÉ, P. **Uma Vida Chinesa: I.** O Tempo do Pai. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

KUNWU, L.; ÔTIÉ, P. **Uma Vida Chinesa: II.** O Tempo do Partido. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

KUNWU, L.; ÔTIÉ, P. **Uma Vida Chinesa: III.** O Tempo do Dinheiro. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LIN, Z. Une Vie Chinoise. **La Chine au Présent**, 2016. Disponível em: http://www.chinatoday.com.cn/french/Francosphere/article/2016-04/05/content_718786.htm. Acesso em: 18/08/2023.

ÔTIÉ, P. Prefácio. In: KUNWU, L.; ÔTIÉ, P. **Uma Vida Chinesa: III.** O Tempo do Dinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 2017, p. 7-11.



研究中国

GECHINA UnB